UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado Profissional em Educação do Campo
www.ufrb.edu.br/educampo

JESSÉ LIMA DA SILVA

CADERNO DE MEMORIAS: HISTÓRIAS E LUTAS DA TERRA EM SÃO MANOEL, LAGO DO JUNCO/ MARANHÃO

Amargosa – Bahia
2022

JESSÉ LIMA DA SILVA

CADERNO DE MEMORIAS:
HISTÓRIAS E LUTAS DA TERRA EM SÃO MANOEL, LAGO DO JUNCO/ MARANHÃO

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB como produto final, requisito para conclusão do curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo

Orientador: Prof. Dr. Franklin Plessmann de Carvalho

Amargosa – Bahia
2022

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE AMARGOSA - CFP/UFRB
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

S586c Silva, Jessé Lima da.
Cadernos de memórias: histórias e lutas da terra em São Manoel, Lago de Junco, Maranhão. / Jessé Lima da Silva. – Amargosa, BA, 2023.
100 fls.; il. color.

Orientador: Prof. Dr. Franklin Plessmann de Carvalho.
Produto (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA. 2022.

Bibliografia: fls. 97 - 100.

1. Educação do Campo. 2. Educação. 3. Agricultura – aspectos sociais. I. Carvalho, Franklin Plessmann de. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

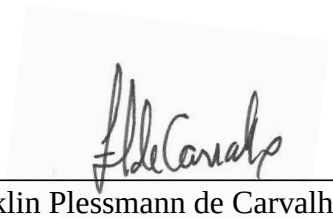
CDD – 379

CADERNO DE MEMORIAS:
HISTÓRIAS E LUTAS DA TERRA EM SÃO MANOEL, LAGO DO JUNCO/ MARANHÃO

Trabalho apresentado ao Mestrado Profissional em Educação do Campo, Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB como requisito básico para a conclusão do curso e obtenção do título de mestre.

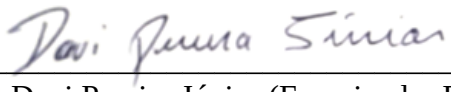
Linha de Pesquisa: Agroecologia, Trabalho, Movimentos Sociais do Campo e Educação

COMISSÃO EXAMINADORA DO PRODUTO FINAL DE JESSÉ LIMA DA SILVA



Prof. Dr. Franklin Plessmann de Carvalho (Orientador)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Profª. Drª. Mariana Martins de Meireles (Examinadora Interna)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB



Prof. Dr. Davi Pereira Júnior (Examinador Externo)
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Amargosa – Bahia
2022

AGRADECIMENTOS

Durante o processo de construção e organização deste trabalho me preenchi por um sentimento de pertencimento, felicidade compartilhada, de realização. Tudo só foi possível porque pude contar com muitas pessoas especiais que contribuíram para chegarmos neste resultado. Logo gostaria de dividir esse momento importante, não apenas por uma realização pessoal, mas por ser uma conquista à comunidade de São Manoel.

Antes de tudo, agradeço e louvo a Deus por tudo que me concedes, pelo presente da vida e pela oportunidade de estudar e chegar a este título mesmo nesse período desafiador de crises sanitárias, política e climática. Agradeço pelas lutas, fortalezas e conquistas.

A toda a minha família, pelo apoio, pela inspiração, força e liderança. A minha mãe, Dôra; a meu pai, Zé; aos meus irmãos Galhardo, Samuel e Débora. Ao meu filho João Miguel.

Aos tios e tias pelos conselhos, por acreditarem, torcerem e rezarem por mim, em particular José Soares, que me alimenta outros muitos sonhos com seu sonho.

Aos/as amigos/as e primos/as amigos/as, por ouvirem minhas histórias com paciência e me levarem a boas aventuras, suas disposições em contribuir fortalecem a caminhada a cada passo.

Aos professores da Educação do Campo, pelas significativas contribuições na vida acadêmica e inspiração; aos meus eternos professores e amigos da Escola Família Agrícola Antonio Fontenele (EFAAF), do Centro Familiar de Formação por Alternância Manoel Monteiro (CEFFAMM), da UFMA, da História, pelo legado e pelos ensinamentos.

Ao Dr. Franklin Plessmann de Carvalho, por aceitar o desafio de orientar este trabalho, por deixar mais confortável o processo desatando os nós; pelas aprendizagens, contribuições e direcionamentos indicados. Foram significativos aportes para o desenvolvimento de toda a pesquisas.

Ao nosso grupo de orientandos, Islane, Laís e Lucimara e toda a nossa turma 8 do PPGEDUCAMPO 2020🌻, pelas vivencias virtuais, pelo apoio, afeto e companheirismo nessa luta que travamos à distância geográfica, mas em proximidade emocional e de luta.

Ás docentes da banca do exame de qualificação, Mariana Martins de Meireles (UFRB) e Mayka Danielle Brito Amaral (UFMA), pelas contribuições e recomendações de recortes. Ajudaram no aperfeiçoamento desse Trabalho de Conclusão.

À banca examinadora do Produto Final, Mariana Martins de Meireles (UFRB) e Davi Pereira Júnior (UEMA), por aceitarem o desafio, contribuir nessa jornada e apresentar novos direcionamentos.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pela concessão da bolsa de estudo durante a realização da pesquisa.

Aos interlocutores desse trabalho, pelas aprendizagens, grandiosas contribuições, prosas, risadas e emoções sinceras. Por compartilharem suas histórias de vida, pela paciência e confiança, pelo acolhimento do diálogo, pela afeição à história.

Às mulheres quebradeiras de coco babaçu; às juventudes do campo; ao coletivo dos movimentos sociais que envolve neste trabalho; à Comunidade de São Manoel, por me formar, me mover, me inspirar e me motivar.

A todas/os, minha gratidão e admiração.

Agora nós vamos pra luta,
A terra que é nossa ocupar.
A terra é pra quem trabalha,
A história não falha nós vamos ganhar!

Refrão: Já chega de tanto sofrer!
Já chega de tanto esperar!
A luta vai ser tão difícil,
Na lei ou na marra, nós vamos ganhar!

Quem gosta de nós somos nós
E aqueles que nos vem ajudar.
Por isso, confie em quem luta,
A história não falha, nós vamos ganhar!

Se a gente sofrer nesta luta,
O sangue será a semente.
Justiça vamos conquistar,
A história não falha, nós vamos ganhar!

O povo que sabe o que quer
Caminha pra na terra ficar.
Pois terra é pra quem trabalha,
A história não falha, nós vamos ganhar!

Já soma uns trinta milhões,
O povo sem terra e sem pão.
O jeito é lutar por nosso chão,
Porque a história não falha nós vamos ganhar!

AGORA VAMOS PARA A LUTA. Música sob domínio popular interpretadas pelo grupo As Encantadeiras.

Dedico,
a Constantina Ferreira de Assis/Tutu, Raimundo Vital dos Santos/Caraúba e Ana Vieira Lima (in memorias), por suas lutas, por suas histórias sempre vivas. Este caderno também é um feito de suas mãos.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho subdividido em três partes é um material construído como Produto Final de Conclusão no Curso do Mestrado Profissional em Educação do Campo, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Estes cadernos trazem um registro dos processos de construção do povoado de São Manoel, município de Lago do Junco/MA, e a formação de uma comunidade de mesmo nome. Inicialmente marcado pelo processo de deslocamentos de grupos familiares para regiões de terras livres do Maranhão. Esses grupos se deslocaram de outros estados do nordeste brasileiro e mesmo de outras partes do Maranhão. A pesquisa registrou fatos destacados da memória das famílias de São Manoel, descrevendo elementos do processo de territorialização e ações coletivas que marcaram a organização política comunitária. Todos os registros desse caderno são tiras de uma história maior que decorre de um grupo que se constitui em um plural de experiências vivas cunhadas no território. Neste caderno resgatamos alguns aspectos sobre a dinâmica de deslocamento populacional do médio Mearim maranhense e consideramos três tempos históricos na trajetória de São Manoel: Terras Livres; Terra Aprisionada; e terra pós conflitos agrários.

Convidamos, assim, leitores e leitoras a conhecer e compartilhar essas histórias.

Palavras Chaves: Processo de Territorialização; Babaçu Livre; Comunidades Tradicionais; Questão Agrária.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - IDENTIFICAÇÃO DOS INTERLOCUTORES DA PESQUISA..... 40

QUADRO 02 - CRONOLOGIA DE CHEGADA DAS FAMÍLIAS À SÃO MANOEL 47

QUADRO 03 – ÁREAS DE CONFLITOS AGRÁRIOS NO MUNICÍPIO DE LAGO DO JUNCO.....83

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: Francisco Amaro da Silva (Chico Amaro).....66
IMAGEM 2: O “Feijão da Briga”.....68
IMAGEM 3: Genival artista de Pernambuco e a Comunidade São Manoel 68
IMAGEM 4: Imagem simbólica do assassinato de Antonio Fontenele.....69
IMAGEM 5: Derrubada das casas, 06 de agosto de 1986.....72
IMAGEM 6: Celebração da missa polo Bispo em 06 de agosto de 1986 73
IMAGEM 7: Escombros da capela de São Manoel, 06 de agosto de 1986.....74
IMAGEM 8: Registros dos homens da luta de São Manoel refugiados no mato.....75
IMAGEM 9: Barracão construído para abrigo quando as casas foram derrubadas.....76
IMAGEM 10: Moradores de São Manoel em romaria com a cruz feita com forquilha da capela 76
IMAGEM 11: José Soares (Antonino), Terezinha Francisca Soares (Tereza) e seus filhos ao retomarem a terra 77
IMAGEM 12: II Encontro de Lavrador em São Manoel de 03 a 06 de set de 87.....78
IMAGEM 13: Diplomação do Vereador Milton Vieira-Lago da Pedra -12 12 89.....79
IMAGEM 14: Posse dos vereadores 01 01 90 em Lago dos Rodrigues – MA.....79
IMAGEM 15: A Carta da Terra – Por Fr. Adolfo Temme.....82

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

ACEMEP – Associação do Centro Familiar de Formação Por Alternância de Ensino Médio Profissionalizante

ACESA – Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura

AEFALJ – Associação da Escola Família Agrícola de Lago do Junco

AJR – Associação de Jovens Rurais de Logo do Junco e Lago dos Rodrigueis

AMTR – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues

ASSEMA – Associação em Área de Assentamento no Estado do Maranhão

CEFFAMM – Centro Familiar de Formação Por Alternância Manoel Monteiro

COPPALJ – Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativista de Lago do Junco

EFAAF – Escola Família Agrícola Antônia Fontenele

IBD – Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERMA - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

STTRLJ – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Lago do Junco

UAEFAMA – União das Escolas Famílias Agrícolas do Estado do Maranhão

UDR – União Democrática Ruralista

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

I - PRIMEIRAS PALAVRAS 13

PERTENCIMENTOS E VÍNCULOS COM O CAMPO DE PESQUISA 19

SÃO MANOEL HOJE – ELEMENTOS PARA UMA CARACTERIZAÇÃO 22

ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E TRABALHOS 25

ASPECTOS SOCIAIS DAS LUTAS E FORMAS DE INSERÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA COMUNIDADE 28

ESCOLAS E EDUCAÇÃO 31

ELEMENTOS DA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA 36

II - TERRA DE NINGUÉM, BABAÇU LIVRE E CAMINHOS ABERTOS 43

O USO DO BABAÇU E DA TERRA: "NUM TINHA ESSA BESTEIRA DE DIZER NÃO NUM VEM FAZER AQUI NÃO" 52

III - MEMORIAS, RELATOS E RETRATOS DO TEMPO DA GREVE NA DISPUTAS POR BABAÇU, TERRA E NARRATIVAS 60

LIÇÕES APRENDIDAS E DESAFIOS - SÃO MANOEL EM TRÊS TEMPOS **....** 87

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 97

I - PRIMEIRAS PALAVRAS

Este caderno é um trabalho que serve como Produto Final de Conclusão do Curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Para este documento escolhi o nome de *Caderno* tanto por ser uma denominação comumente conhecida, e por ser um artigo escolar e domiciliar muito utilizado. Minha intenção foi ter produzido um material didático formado por algumas memórias de agentes sociais que, ou vivenciaram diretamente fatos marcantes do processo de territorialização da comunidade tradicional de São Manoel, ou que tiveram acesso a narrativas de quem os vivenciou.

Aqui o Caderno é fonte de informações que possibilita ir além de descrever trajetórias, mas também aprendizagens que se relacionam com os saberes e fazeres de um povo. Reforço que na escolarização de uma pessoa o caderno é um item básico dentre a lista de materiais presente na vida escolar desde os primeiros anos em sala de aula.

Mas este caderno não é um caderno composto de folhas em branco para serem preenchidos no transcorrer do tempo. É como se fôssemos ler um caderno preenchido, já utilizado, que traz anotações e reflexões sobre fatos vividos. Este caderno é a tentativa de colocar em comunicação com a juventude as memórias de uma ancestralidade que lutou pelo domínio das terras tradicionalmente ocupadas. É um processo de construção coletiva e todos os registros aqui apresentados são recortes de uma história maior, mas que decorrem da memória proeminente de um grupo que se constitui de um plural de experiências vivas, cunhadas na territorialidade específica das famílias que pertencem a comunidade de São Manoel. São palavras decorrentes de vozes que os processos de colonização / dominação buscam silenciar.

A ideia é propiciar que circulem narrativas sobre as perspectivas de quem ocupou tradicionalmente estas terras e que são recorrentemente desconsideradas pela classe dirigente maranhense. Esta coleção de cadernos se apresentam, então, como recortes da vida da comunidade São Manoel.

Hoje as famílias de São Manoel demostram se sentir honradas em contar as histórias que descrevem seus processos de organização social. Cada narrativa individual é entregue como um fragmento de uma história maior que emana da memória relevante

para o grupo: falar por si mesmo significa antes de tudo falar do coletivo. Como resultado o pronome "nós" se destaca, bem como os verbos conjugados na primeira pessoa do plural. As conversas sobre a história da comunidade se entrelaça aos assuntos cotidianos (MACHADO, 2020). O "nós" me inclui como narrador destas histórias, e enfatiza a partilha de um grupo que se reconhece em pertencimento comum.

Como sabemos, uma produção social está sempre se transformando, se renova, é um processo dinâmico. Compreender e descrever como se constituí a dinâmica da localidade, do grupo social, é nosso desafio intelectual. Não é um desafio de reconstituição de um passado, mas a reconstituição de um passado que marca sentidos no presente. Neste caderno, o qual está dividido em quatro partes principais, também busco discutir a minha posição como pesquisador, que possuo pertencimento ao grupo e que implicações isso tem na caracterização geral do campo de pesquisa.

Logo na primeira parte deste caderno apresento os vínculos com o campo da pesquisa, registrando como os elementos se relacionam, como se comunicam e de alguma forma produzem memórias que me ligam e se vinculam aos saberes do lugar, os cuidados com as pessoas e o nascimento de uma nova geração. Tudo isso demarca um processo de luta que está acontecendo, alterando o modo de vida e os desafios da própria resistência em curso, assim como os saberes em construção se renovam desde o encontro de diferentes grupos de famílias vindas de diferentes localidades. São conhecimentos atrelados a formas de trabalho, na economia, nos conflitos agrários.

Neste momento que abre a construção do Caderno de Memorias: *Histórias e Lutas da Terra em São Manoel, Lago do Junco/ Maranhão,* a narrativa parte do meu nascimento, mas representa os saberes, mobilizações e expectativas com o nascimento de crianças, e busca já ir apresentando, mesmo que introdutoriamente, uma relação com as partes seguintes que serão abordadas nas seções seguintes que compões o presente caderno.

Trago também nas próximas páginas *"Elementos da construção da pesquisa"*, onde discorro sobre a metodologia e o processo de construção desse estudo que reúne uma diversidade de dados que foram construídos coletivamente, e que nos ajudam a compreender os processos que propiciaram a constituição da comunidade de São Manoel em Lago do Junco- MA.

Na segunda parte desta produção, de modo geral, tata de um período da história do Maranhão que ainda é pouco debruçado pela academia tradicional, mas que recupera fatos históricos importantes para compreender o contexto do estado do Maranhão, sobretudo de uma região que existe uma reação coletiva de trabalhadores. Registra um processo, uma experiência ontológica espacial em que podemos pensar em como os sujeitos puderam se organizar nessa dimensão da disputa e do conflito para uma defesa de uma existência muito própria, individual e comunitária que também pode se configurar como uma disputa ontológica, continuar existindo como camponeses, como quebradeiras de coco babaçu. A disputa é por formas de existir.

Este trabalho se constrói a partir de um conhecimento socialmente referendado, com modos de vidas de sujeitos e suas histórias de luta e memorias. Estas lutas e memorias podem ser tomadas como um movimento político, que educam e fortalecem a relação com o território e a constituição de identidade sem se deslocar das questões locais e nem dos problemas agrários brasileiros.

Na segunda parte deste caderno, intitulado "*Terra de Ninguém, Babaçu Livre, Caminhos Abertos para o Mearim*", resgatamos alguns aspectos sobre a dinâmica populacional do médio Mearim maranhense que assume uma forma particular, uma racionalidade a respeito do seu espaço ocupado, o histórico processo de povoamento, a partir dos fluxos de deslocamentos, boa parte deles interestaduais, de grupos familiares que fundaram vários povoamentos e que se estabelecem como terra tradicionalmente ocupada. Aqui, através da produção de práticas culturais, descrevo a vivências de experiências do processo de territorialização marcado pela reinvenção de formas de trabalho, pelo extrativismo, pela economia de base familiar, pela conformação da sociobiodiversidade, pelo uso tradicional da terra livre.

A atenção especial em entender as abordagens sobre os primeiros anos do povoamento de São Manoel, estudadas neste trabalho, não se materializa como uma avaliação ou comparativo versando as implicações das condições e práticas sociopolíticas, econômicas ou culturais do passado com o agora. Mas tomamos como desafio descrever as simbologias, registrar e argumentar o modo vivenciado por aquelas famílias, suas lutas, experiências que aos poucos vão sendo acionados nas práticas sociais coletivas.

De modo geral, este trabalho trata de um período da história do Maranhão que ainda é pouco debruçado pela academia tradicional, mas que recupera fatos históricos importantes para compreender o contexto do estado do Maranhão, sobretudo de uma região que existe uma reação coletiva de trabalhadores. Registra um processo uma experiência ontológica espacial em que podemos pensar em como os sujeitos puderam se organizar nessa dimensão da disputa e do conflito para uma defesa de uma existência muito própria, individual e comunitária que também pode se configurar como uma disputa ontológica, continuar existindo como camponeses, como quebradeiras de coco babaçu. A disputa é por formas de existir.

Este trabalho se constrói a partir de um conhecimento socialmente referendado, com modos de vidas de sujeitos e suas histórias de luta e memorias. Estas lutas e memorias podem ser tomadas como um movimento político, que educam e fortalecem a relação com o território e a constituição de identidade sem se deslocar das questões locais e nem dos problemas agrários brasileiros, mas vai alterando o modo de vida e os desafios da própria resistência em curso.

Nesta produção registramos algumas particularidades a respeito do espaço ocupado através da produção de práticas culturais, vivências e experiências do processo de territorialização marcado pelo trabalho, pelo extrativismo, pela economia de base familiar, pelo uso tradicional da terra livre.

Na terceira parte, onde escrevemos sobre *Memorias, Relatos e Retratos do Tempo da Greve na Disputas por Babaçu, Terra e Narrativas*, é sustentada pelos vínculos da memória dos integrantes das famílias, que apresentaram elementos do *tempo da greve*[1] em São Manoel, considerando os processos de criação de espaços e ações coletivas, de solidariedade entre os moradores que passam a vivenciar uma existência política de organização comunitária em resistência ao latifúndio. Por fim, consideramos a aliança entre Babaçu e Terra como elementos indissociáveis e fazemos um paralelo, onde observamos três períodos históricos na trajetória de São Manoel: I - *a Terra Livre*; II - *a Terra Aprisionada*; e III – *pós conflito, terra reconhecida tradicionalmente ocupada por comunidades*.

1 Forma como os moradores se referem ao período em que vivenciaram o conflito agrário na disputa pelo babaçu e pela terra.

A atenção especial em entender as abordagens sobre os primeiros anos do povoamento de São Manoel, estudadas neste trabalho, não se materializa como uma avaliação ou comparativo versando as implicações das condições e práticas sociopolíticas, econômicas ou culturais do passado com o agora. Mas tomo como desafio descrever as simbologias, registrar e argumentar o modo vivenciado por aquelas famílias, suas lutas, experiências que aos poucos vão sendo acionados nas práticas sociais coletivas.

Este trabalho tem a pretensão de reforçar a formação de uma consciência sobre fatos do passado, na qual a memória do próprio grupo é base da construção de registros, sejam eles escritos/fotográficos/músicas. E estes registros podem ser base para construção de novos discursos sobre o processo de territorrialização que marca o modo de vida hoje, no presente. E mais, que pode inspirar decisões que irão afetar o futuro do modo de vida da comunidade de São Manoel.

Toda essa diversidade de dados construídos a partir dos relatos e informações, apontam variados caminhos na construção do que hoje conhecemos como São Manoel. Nos motiva a compreender as contribuições e relações das lutas que marcaram a trajetória da comunidade. O registro dos caminhos percorridos, sendo a memória da comunidade como ferramenta principal, se constitui num conhecimento atrelado à uma consciência política que valoriza a permanência e reprodução de um modo de vida sobre o território.

Para seguir, precisamos saber quem somos. Para isso é preciso também olhar pra trás. Por outro lado também é necessário conhecer o que nos marca em pertencimento ao coletivo. Ter ciência sobre as circunstâncias no nosso nascimento, a vida de nossos pais, suas infâncias, juventudes, vida adulta, me transforma. Todo esse conjunto diz muito do que somos hoje. As lutas, as dores, sofrimentos e alegrias de nossos avós fazem sentido para o fortalecimento do nosso modo de viver hoje. E perceber que a nossa comunidade, São Manoel, se constrói em interlocução com a vida nas cidades, com aspectos da nossa cultura, como a prática religiosa e a própria forma de nos expressarmos em nossa língua.

Assim, podemos compreender por que a palmeira de babaçu é associada ao símbolo da luta por reforma agraria no médio Mearim. A força da palmeira equiparada a força de uma comunidade. E o que fazemos agora tem uma ligação com o passado e consequentemente terá implicações com nosso futuro. Um passado precisa ser conhecido,

estudado, registrado. Olhar pro passado, também é, em certa dimensão, olhar para a gente hoje.

PERTENCIMENTOS E VÍNCULOS COM O CAMPO DE PESQUISA

Nasci na casa da família de um jovem casal nos últimos dias do quarto mês do ano de 1996. O parto foi realizado por uma mulher que acumulava décadas de experiências sobre um conhecimento tradicional. A parteira atendia as áreas rurais nos municípios de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, nas áreas mais afastadas dos centros urbanos.

Dona Maroli, entre outras mulheres, exercia o ofício de parteira e dividia seu tempo com a quebra do coco babaçu, trabalhos de cultivo da roça e afazeres domésticos. Foram incontáveis nascimentos que ajudou conduzir e por isso é chamada *mãe de pegação* por muitas crianças. Estas mãos carregavam sabedorias tradicionais, com destrezas necessárias em terras na qual os médicos eram ausentes. As mãos da parteira, por vezes se enchia de terra, babaçu, alimentos e sementes. Na hora do parto não era diferente, se enchia de gente, de vida.

O dia do nascimento foi sábado, a parteira já estava na residência da família desde a noite anterior quando aos primeiros sinais para o nascimento, José Wilson Onório da Silva/Zé Herminio[2], pegou emprestado os cavalos do vizinho Antonio Ferreira da Silva/Goió Vital para que alguém de sua confiança percorresse o trecho de 6 km até a casa de Dona Maroli em São João da Mata, interior de Lago dos Rodrigues-MA.

Montada a cavalo, Dona Maroli, a parteira, chega a São Manoel e encontra Zé Hermino reunido com outros (dois ou três) homens da *comunidade*[3] do lado de fora da residência, no terreiro, como é de costume local se referir a parte externa a casa. No interior da casa estava Maria das Dores Vieira Lima/ Dôra[4].

2 Pai, na época 27 anos, maranhense, jovem lavrador, havia sido o primeiro cantineiro local e gerente da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco – COPPALJ, filho de Manoel Ermino Martins e Quitéria Romano Azevedo, ambos cearenses e chegaram em São Manoel em 1958.

3 O termo "Comunidade" tornou-se uma expressão muito utilizado hoje em dia para designar entrevistados que é comum quando se referem ao local que moram. Em outros momentos da história uma localidade, um povoado e que em uma época anterior foi chamado de *Cento.* No cotidiano é comum indicar que se "*mora na comunidade São Manoel*". Porém *Comunidade* é uma expressão para além de uma denominação de um local geográfico, um espaço físico. O termo representa uma rede de relações sociais que pode incluir relações de parentesco, vizinhança, amizade e mesmo de trabalho. É uma relação que representa vida em grupo, uma relação comunitária. Está relacionado também a vida em comunhão com a Igreja Católica. Refere-se a um grupo social, embora haja divisões internas. Todo esse processo não se deu de forma linear, dentre as localidades. O termo comunidade, especificamente em São Manoel, só aparece a partir de meados 1980 com a fundação da igreja católica local.

4 Mãe, maranhense, jovem mulher quebradeira de coco babaçu, sócia fundadora da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), na época com 25 anos

Dôra estava sob a vigilância de outras mulheres que já haviam passado pela experiência de dar à luz, vezes em casa e também pelas mãos da mesma parteira. Umas mais velhas, outras não. Um preceito moral da época era que crianças, moças e rapazes, no geral jovens solteiros, não podiam estar no local na hora do nascimento ou em momentos prévios. Estavam ali a Benedita Onório da Silva/Dita, Nete, Terezinha Francisca Soares/Tereza, Dona Luzia, Maria Carvalho da Silva (esposa de Goió Vital), Antonia/Toinha Pacifico (esposa do Nilson). Algumas dessas acompanhando o processo durante a noite inteira até horas depois do parto que aconteceu com o amanhecer, às 6 horas.

Ao nascer, não havendo choro da criança como de costume natural, as mulheres batiam em latas vazias, iniciaram orações e cantos populares, envolvendo o espaço ao um clima de mística. No primeiro sinal de choro a tradição era *soltar foguete*. O que servia inicialmente para comemoração da família do recém-nascido. Por outro lado servia também para comunicar que havia chegado uma nova criança. Esse costume de queima de fogos indicaria o sexo da criança pela quantidade. O estouro de um foguete, era menina, sendo dois, significava que era menino. Entretanto, nessa ocasião Zé Hermino (Pai), queimou uma caixa de fogos a qual contem seis unidades.

Feito isso já era hora das mulheres *cuidarem de tratar do Capão da parida.* Esse dito popular local faz alusão não só a ave, mas indica que deveriam preparar os alimentos para refeição da nova mãe, geralmente a base de produtos da própria roça ou do quintal, sempre produzidos na própria comunidade. Significava também todo um cuidado com a mãe e com o recém-nascido, um leque de atividades que deviam seguir e outras que não deviam ser feitas no período de até sete dias do nascimento e outros durante todo o mês de resguardo.

Dona Marolí ainda estava na casa de Dôra e Zé Hermino quando Dona Iêda, também pertencente à São Manoel, procura a parteira para o oficio, dessa vez para sua filha, pois já era chegada a hora de Francielma nascer. Era fim de tarde daquele sábado de abril de 1996. São Manoel com a alegria da chegada de muitas crianças naquele ano, havia atravessado fortes embates, *lutas,* para estarem ali entre *foguetes, orações, cantos*

de idade, filha de Antonio Soares Lima, cearense, e Ana Vieira Lima, maranhense e descendente de pais piauienses.

populares e tratando capão de paridas, festejando a vida de uma nova geração e com elas um novo ciclo e outras lutas.

Aquele mês de abril carregava uma simbologia para o povo do lugar. Haviam 10 anos do início do conflito agrário pela libertação do babaçu e pela conquista da terra, *o tempo da greve* - 7 de abril de 1986. Abril também se comemora o aniversário de fundação da Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco Lago dos Rodrigues – COPPALJ, em 25 de abril de 1991.

O referido mês também viu nascer, além de crianças, uma nova instituição, resultante de um esforço coletivo entre São Manoel, comunidades circo vizinhas, igreja católica, o conjunto dos movimentos sociais do campo e instituições não governamentais. A Escola Família Agrícola Antonio Fontenele (EFAAF) iniciou suas atividades pedagógicas com sua primeira turma de estudantes filhos/as de agricultores/as quebradeiras de coco babaçu pela modalidade da pedagogia da alternância em 25 de abril de 1996. Foi nessa escola que passei a frequentar em 2008 e conclui os anos finais do ensino fundamental em 2011.

Já na juventude, egresso da Escola família Agrícola Antonio Fontenele, passei a frequentar o Centro Familiar de Formação por Alternância Manoel Monteiro – CEFFAMM, de 2012 a 2014. Ambas as unidades de ensino construídas pela luta dos trabalhadores/as rurais agroextrativistas da região no período pós conflitos pelo babaçu e pela terra.

Reconheço que minha presença enquanto estudante e sujeito destas escolas, guarda um significado que carrega mais do que uma conquista individual ou familiar, traz uma representação do campo enquanto espaço de produção do conhecimento que reflete, inclusive, sobre a própria realidade da comunidade.

Essas unidades escolares de ensino são almejadas quando se percebe a importância de dominar as bases simbólicas de reprodução social como uma forma de criar uma consciência mais autônoma na interpretação do mundo em que vivemos. A educação escolar passa a ser percebida como parte do processo reprodutivo do modo de vida dos grupos e desempenha um papel importante político para o fortalecimento destes modos de vida. Porém também temos a percepção que a educação se faz para além dos espaços escolares.

Percebemos que em diferentes tempos de luta com diferentes modos de organização, a comunidade São Manoel mostra que o campo é um espaço dinâmico e se renova. Ainda mais em situações de conflito se exigem diferentes formas de organização, se reinventando a cada luta e enfrentamento.

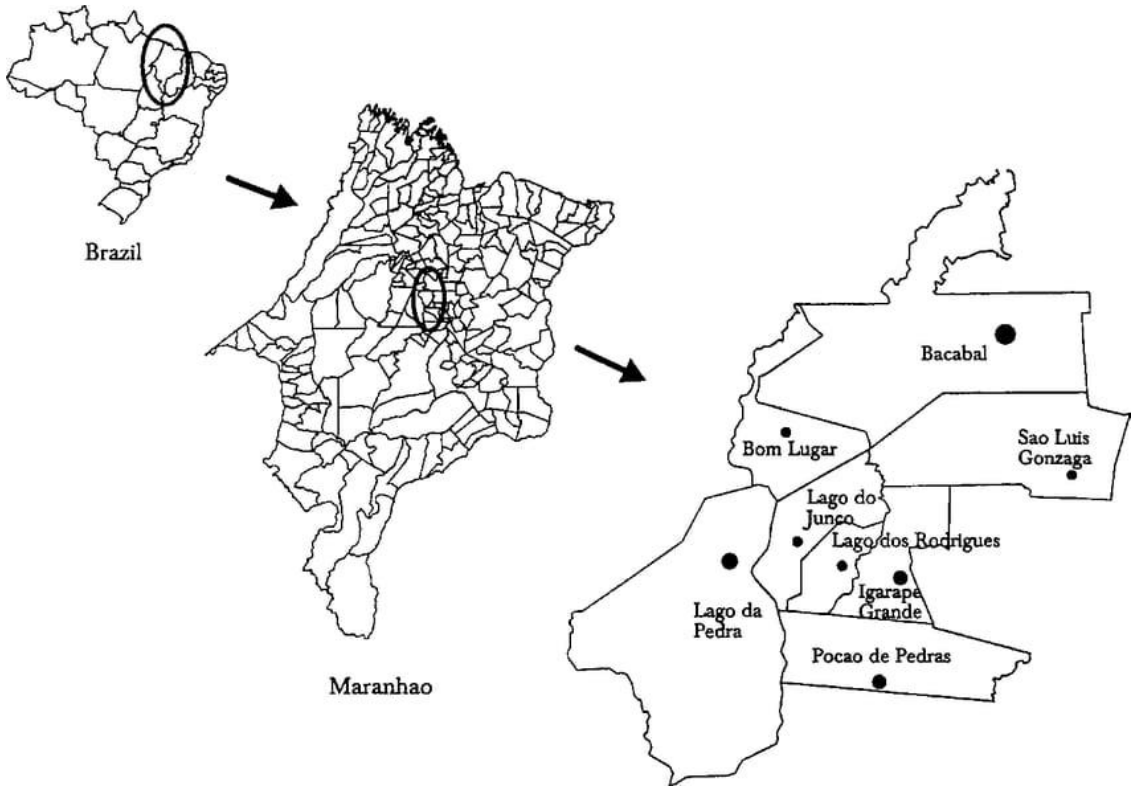
Esta pesquisa tem como universo empírico, isto é, o local de foco do trabalho, as terras de ocupação tradicional de famílias que vieram de diferentes localidades. Estas famílias passaram por diferentes formas de conflito, sendo que o processo de territorialização é também marcado por ações de mobilização que foram formas de enfrentamento aos conflitos. Neste processo os integrantes de cada família foram identificando suas necessidades de reprodução.

Compreendo que o processo da luta pelo babaçu e pela terra, precedido pelo encontro de grupos familiares de outros estados, pelas dinâmicas do trabalho e da economia local, pela religiosidade, pelos conhecimentos tradicionais construídos em terras consideradas livres, pelo conhecimento militante forjado na luta contra as formas de opressão do latifúndio, pelos conhecimentos de cura, de parto, das relações sociais estabelecidas na comunidade de São Manoel, são caminhos que geraram consciência política.

Assim a educação escolar é percebida como uma forma de fortalecer a organização coletiva, já compreendida como um direito e uma necessidade para emancipação das famílias, para a permanência na terra, para a existência de condições dignas de trabalho.

SÃO MANOEL HOJE – ELEMENTOS PARA UMA CARACTERIZAÇÃO

Geograficamente o Médio Mearim, no estado do Maranhão, engloba atualmente 21 municípios maranhenses entre os quais destacam-se: Bacabal, Esperantinópolis, Lago da Pedra, Lima Campos, Olho d'Água das Cunhãs, Pedreiras, Pio XII, Poção de Pedras, São Luís Gonzaga do Maranhão e Lago do Junco.



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Location-of-Maranhao-the-Mearim-valley-and-Lago-do-Junco_fig2_226350755/download

Lago do Junco teve sua emancipação política em 26 de outubro de 1961, e integra a região central do Estado do Maranhão. Segundo o IBGE, em 2015 a população seria de um pouco mais de 10 mil habitantes. Está ligado aos municípios vizinhos de Lago da Pedra e Lago dos Rodrigues pela rodovia MA 119. Tem uma área de 328.525 km². Este município é constituído por diferentes localidades, dentre estas está São Manoel.

Fonte: Criação do Próprio Autor

Conta-se que foi em dezembro de 1926 que deu-se início a ocupação recente das terras em São Manoel. Ao longo dos anos seguintes o povoado foi se formando. A ocupação foi se constituindo em quatro áreas, dando forma ao que hoje conhecemos como *Manguera*[5] e *Chapada*, onde originalmente se agruparam as famílias em busca de terras livres, que ao se estabelecerem no local não se apropriavam imediatamente da terra de modo individual, mas a tinham o uso comum como uma forma de apropriação, partilha dos recursos, forma que difere da apropriação de forma privada. As outras duas áreas são *Cabaceiros* e *Barbosas*, que é onde se estabeleceram vários núcleos de famílias proprietárias dos lotes de reforma agrária[6].

Manguera ficou conhecida por esse nome justamente pela quantidade da espécie vegetal cultivada que produzia grandes copas e muitos frutos, estas terras foram as principais áreas do conflito na década de 1980 e passou a categoria de assentamento na década seguinte.

A *Chapada* tem esse nome em consideração associada ao relevo local que corresponde a uma área de terra um pouco elevada e com o topo relativamente plano, características semelhantes a de uma chapada, termo utilizado na Geografia e Geologia. As famílias dali foram as que acolheram/refugiaram no período do conflito agrário quando as casas da *Manguera* foram derrubadas pelo fazendeiro.

Já os *Cabaceiros* e os *Barbosas* receberam esses nomes em razão dos núcleos familiares que ocupam essas áreas do povoado. Atualmente, a distribuição das famílias pela comunidade não corresponde estritamente ao passado, mas há ligações daquela organização dos anos iniciais do povoamento de São Manoel.

Conforme levantamento quantitativo de pessoas realizado com os profissionais de saúde da comunidade, especialmente com o Agente Comunitário de Saúde, em setembro de 2022 a comunidade São Manoel contava com uma população de 107 famílias, são 380 pessoas, destes são 55 crianças, 102 jovens e 55 idosos.

5A "*Manguera"* é o modo informal da Língua Portuguesa como todos no local se referem a palavra Mangueira, espécie vegetal frutífera que produz manga. Ainda que saibam do seu modo de pronuncia e escrita culta.

6 Machado (2020) em seu trabalho registra que São Manoel é formada por 3 setores: Mangueira, Chapada e Cabaceiros (não envolve Os Barbosas em seus escritos) e compara esse conjunto ao formato de um T, ali também se assemelha ao desenho de uma cruz. "Quando se chega à comunidade pela estrada que liga a sede do município à área rural, passa-se inicialmente pela Mangueira, onde há uma faixa asfaltada que se estende até a Chapada. A parte dos Cabaceiros é atravessada por estrada de terra" (pág. 127).

Quanto a economia local, boa parte é oriunda da agricultura, sendo as principais: o arroz, feijão, milho, mandioca. A pecuária, composta pela avicultura, suinocultura, piscicultura e bovinocultura, também ocupa um importante papel econômico na comunidade. Vale ressaltar que grande parcela da renda é garantida pelo extrativismo do coco babaçu e derivados do vegetal, como o carvão e azeite. Os serviços públicos e o comércio varejista também estão presentes na renda de algumas famílias da comunidade.

As moradias da comunidade são potencialmente uma conquista, vale ressaltar a construção de 18 casas por meio de um projeto via Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras de São Manoel, a associação do assentamento. Contudo, mesmo que a maioria das famílias, com seus próprios esforços, já tenham construído suas residências, ainda há muito que se garantir para que todas as famílias estejam de fato asseguradas de condições básicas de moradia. Nos últimos anos nota-se que as famílias têm se preocupado esteticamente com suas residências, a maior parte das moradas são de alvenaria e quase sempre com varandas, as quais se distribuem em uma área de cerca de 03 km das terras tradicionalmente ocupadas.

Os quintais geralmente grandes e largos, possuem no entorno das casas árvores para melhorar o sombreamento, mantendo os aspectos ambientais com plantas arbóreas como o pé de jatobá, oiti, ninho, manga, jaca, caju, acerola, goiaba, dentre outras espécies ornamentais, frutíferas e madeireiras.

A vegetação encontrada nesta região é bastante diversificada, mais a principal predominância está sobre tudo na imponência dos babaçuais que são florestas secundárias. A prática da agricultura e da pecuária extensiva tem ameaçado a sociobiodiversidade local, especialmente com o avanço das pastagens.

Hoje o povoado desfruta de certa infraestrutura que consta com duas escolas de ensino fundamental, a Unidade Integrada José Nogueira e a Escola Família Agrícola Antonio Fontenele. Também possuí ruas pavimentadas, energia elétrica trifásica, usina de beneficiamento de arroz, casa de farinha, poço artesiano, igreja, campo de futebol, comércio, transporte e uma unidade básica de saúde.

ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E TRABALHOS

A agricultura na comunidade São Manoel é uma atividade desenvolvida relativamente em pequenas áreas, quase sempre de maneira manual ou com poucos

auxílios mecânicos. A maior parte do que se produz é para o consumo e comercialização local.

Esta agricultura apresenta algumas características que vale ressaltar, tem um caráter familiar e coletivo, envolve todos os membros da unidade produtiva de acordo com idade, gênero e disposição de trabalho, demonstrando os conhecimentos técnicos dos produtores na área. Os instrumentos de trabalho são simples, que não carecem, relativamente, de altos investimentos financeiros.

Os preparos para os cultivos começam com a escolha da área para implantação da roça. Os tratos culturais iniciam com o processo de limpeza da área que consiste na derrubada da vegetação. Essa prática é desenvolvida geralmente por homens, de meados de junho a agosto. De outubro a novembro acontecem as queimadas, as partes vegetais que não queimaram por inteiro serão recolhidos e incendiados, técnica popularmente conhecida de coivara e só com a chegada das chuvas é que inicia os plantios de manivas de mandioca e macaxeira/mandioca doce. Também são plantados milho, arroz, feijão, fava, cuxá, dentre outros tantos produtos. Pela tradição, a terra trabalhada em um ano, no ano seguinte a colheita da produção, deve ser posta ao descanso para futuros cultivos.

Quanto a pecuária, as famílias em São Manoel costumam criar pequenos animais, destinando atenção principalmente para a avicultura, suinocultura e piscicultura em seus quintais. Contudo, é a bovinocultura que tem maior expressividade produtiva, pois é explorada em grande quantidade na região onde os animais são criados em sistema semi-extensivo, ocupando grandes extensões de terras, para exploração dessa atividade.

O município de Lago do Junco nos anos 80 foi marcado por intensos conflitos de terra devido a concentração de grandes áreas para a criação de bovinos com aptidão de corte e leite. Foi um tempo de aprisionamento das terras livres. Muitas famílias ficaram sem áreas para fixar suas moradias e produzir seus alimentos devido a apropriação das terras, grande parte em decorrência de processos fraudulentos de aquisição de terras, denominados de grilagem de terras. Estas terras griladas foram destinadas, em sua grande maioria, à pecuária desenvolvida por latifundiários/fazendeiros.

Hoje em dia a criação de bovinos continua sendo bastante explorada por apresentar expressividade econômica aos produtores, sabendo que a carne e o leite são ingredientes indispensáveis ao gosto alimentar das famílias de São Manoel. É também forte em geração de trabalho para muitas pessoas da região, pois no desenvolvimento da

atividade é necessário o emprego significativo de mão de obra. Os trabalhos são para roçar as áreas de pastagens, construção e reformas de cercas ou currais, na ordenha e no trato dos animais. Segundo levantamento realizado com o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Lago do Junco[7], o município possui em 2022 um rebanho de 28 mil animais bovinos, com expectativas de crescimento para os próximos anos.

Essas atividades produtivas também podem estar articuladas com o extrativismo. O extrativismo do babaçu é uma significativa atividade no Estado do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. As potencialidades da palmeira de babaçu (Orbignya phalerata) vão desde o aproveitamento do coco, como o seu desdobramento em todas as frações primárias do epicarpo, mesocarpo, endocarpo e amêndoas.

A sua exploração econômica é realizada de diversas formas: como alimento humano, na medicina popular e ainda como materiais de limpeza e cosméticos. Artesanalmente, podem-se obter vários utensílios domésticos a partir da manipulação de partes da planta. O babaçu constitui hoje fonte de trabalho e renda para milhares de famílias da área de abrangência do vegetal (FAPEPI, 2010).

O extrativismo do babaçu desempenha um importante papel político e social por meio do envolvimento das mulheres. O babaçu está profundamente ligado a realidade familiar, e marca um sentimento de pertencimento a comunidade. Não é coincidência que estas comunidades são conhecidas como de "Quebradeiras de Coco", marcando a identidade cultural enquanto grupo social, resistindo coletivamente na luta por direitos e dignidade.

Na esfera do trabalho, as atividades desenvolvidas a partir do extrativismo do babaçu são base da organização social, política e econômica da comunidade. É uma atividade que exige uma carga horária de longa duração, que vai desde os cuidados com os animais para transporte das amêndoas, o fazer as ferramentas, como o pacará, até a coleta, quebra, comercialização e/ou processamento das amêndoas. Para as quebradeiras de coco babaçu o extrativismo é conciliado com outros ofícios da agricultura, pecuária e diferentes serviços da vida no campo.

7 Raimundo Ermino Neto, é filho dos primeiros núcleos familiares de Ermino que saíram do estado do Ceará, é morador de São Manoel e liderança fundadora da sociedade civil organizada, assumiu a pasta da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Lago do Junco em 2021.

A quebra do coco babaçu é uma atividade praticada especialmente pelas mulheres, quebrando uma certa vinculação das mulheres a apenas trabalhos domésticos. A quebra do coco está ligada a realidade familiar, e como já apontei, ajuda a cultivar um sentimento de pertencimento a uma comunidade, e na afirmação de uma identidade enquanto grupo social, resistindo coletivamente na luta pelo livre acesso ao babaçu.

ASPECTOS SOCIAIS DAS LUTAS E FORMAS DE INSERÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA COMUNIDADE

A comunidade São Manoel se relaciona com alguns movimentos sociais. Esta relação tem como referência as unidades de mobilização que se articularam em torno das lutas pelo babaçu livre e pela conquista do reconhecimento social da terra tradicionalmente ocupada. Destaco o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Lago do Junco (STTRLJ), a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), a Associação em Área de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativista de Lago do Junco (COPPALJ), a Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA), a Sociedade de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Manoel, a Associação da Escola Família Agrícola de Lago do Junco (AEFALJ) e a Associação de Jovens Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigueis (AJR). Cada uma dessas organizações assume uma atribuição específica na luta pelos direitos territoriais em São Manoel[8].

8 Segue uma síntese das atribuições de cada instituição, a qual seus quadros de associados em assembleias votaram e elegeram como missão institucional:

AMTR – contribuir para a proteção do meio ambiente fortalecendo a busca pela garantia dos direitos das mulheres através da geração de renda acesso a política públicas e valorização da identidade;

ASSEMA – ampliar o acesso a direitos para a melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas tendo como base a agroecologia;

COPPALJ – contribuir para a diversificação da produção das famílias agroextrativistas, para a melhoria da qualidade de vida, comercialização com base nos princípios do comercio justo e solidário;

ACESA – melhoria da qualidade de vida das famílias de agricultores e agricultoras e empoderamento das mulheres, jovens e crianças a partir dos princípios da agroecologia, formação sociopolítica para a garantia do direito a terra, alimentação, meio ambiente, saúde, cultura e geração de renda;

A rotina do dia-a-dia dos trabalhadores em São Manoel, especialmente das quebradeiras de coco babaçu, iniciam logo ao amanhecer com as atividades domésticas, como preparo do café da manhã, limpeza parcial da casa ou quintal e/ou outras atividades a elas destinadas por questões de gênero que foram socialmente construídas. Feito isso, seguem para coleta do babaçu, geralmente em áreas de pastagens, as *soltas* como são conhecidas na região. É importante mencionar que o horário destinado para a coleta do coco babaçu nas soltas ocorre nas primeiras horas do dia por conta da temperatura, quando a sensação térmica é mais favorável. Contudo, a coleta do babaçu também é praticada pelos esposos e pelos filhos quando não estão em outros ofícios, mas são as mulheres quem fazem parte de todo o processo extrativo, desde a coleta à comercialização.

Diariamente as quebradeiras de coco transportam por quilômetros o babaçu por meio de um jumento equipado com materiais artesanalmente preparado, como a cangáia, jacá e pacará. Em casa retomam as atividades domésticas e só depois partem de fato para a quebra dos cocos coletados. A quebra do coco conta com ferramentas simples, como um machado ou cunha e um pedaço de madeira (macete), além do pacará para armazenar cascas e amêndoas.

Em alguns casos, hoje cada vez mais raros, as mulheres saem de casa para quebrar o babaçu nas soltas. Esta forma não transporta o coco inteiro pra casa, apenas as amêndoas do babaçu para comercialização ou troca. Dessa forma as quebradeiras não se preocupam com o transporte dos frutos e no período que se afasta de casa não divide o seu tempo com outras tarefas domésticas. Por outro lado, não havendo transporte do coco inteiro, deixam as cascas do babaçu no local da quebra, perdendo então este recurso potencial para produção de carvão vegetal.

No fim da tarde as mulheres recolhem as amêndoas de babaçu que foram trabalhadas durante o dia e levam para venda ou troca por outras mercadorias com preços acessíveis na cantina. As cantinas são espaços de comercialização das comunidades, sendo uma tarefa de autogestão. Esta tarefa, cada vez mais assumida pelos jovens, é um comércio que trabalha segundo princípios da economia solidária. Destaco a Cooperativa

EFA – contribuir com o desenvolvimento local sustentável, através da formação por alternância apropriada ao meio rural, tendo como referência o futuro dos jovens e adolescentes filhos/as de agricultores familiares e como perspectiva a vida com dignidade no campo;

AJR – mobilizar jovens dos municípios de lago do junco e Lago dos Rodrigues para contribuir no processo de formação educacional e política, resgate e valorização da identidade camponesa, articulando estratégias conjuntas que garantam e fortaleçam sua relação com a cultura e território.

dos Pequenos Produtores Agroextrativista de Lago do Junco-COPPALJ, o qual a maioria das quebradeiras fazem parte.

Neste espaço o babaçu funciona como uma moeda, pois as mulheres podem trocar as amêndoas por mercadorias básicas, como produtos alimentícios, material de limpeza, ou apenas vendem. Na cantina de São Manoel são 36 famílias cooperadas além dos não sócios que também mantêm relações comerciais com a cooperativa. Mariana Lima Nascimento[9], cantineira[10] da comunidade, me relatou que entre cooperados e não cooperados, na última semana de agosto de 2022, foram 1549 kg de amêndoas comercializadas. Mariana também explicou que o preço do babaçu tem uma variável crescente e que esta é uma conquista da organização produtiva da cooperativa na área de atuação institucional. A cantineira também relatou que a compra de amêndoas tem semanas com mais ou menos comercialização, dependendo do ciclo natural de produção da palmeira.

Assim como a cantina de São Manoel, existem outras 7 cantinas distribuídas nos municípios de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, as quais são base da COPPALJ, sediada na cidade de Lago do Junco. É na sede da COPPALJ, onde se armazenam as amêndoas das cantinas que são abastecidas pelas quebradeiras. É na unidade de processamento que se transforma as amêndoas em óleo orgânico de babaçu, que é matéria prima para a culinária local e para a produção de cosméticos, material de limpeza, a exemplo o sabão e sabonete Babaçu Livre[11].

Muito além das fronteiras da comunidade São Manoel, toda a região do médio Mearim é cercada por babaçuais e, de qualquer ponto, é possível avistar as imponentes palmeiras que nascem espontaneamente, isto é, sem ter sido plantada por uma pessoa. Entretanto isso não significa que o acesso ao babaçu tenha sido sempre tranquilo. Uma das atuais lutas das quebradeiras de coco e do conjunto de associações que as envolve, está relacionada ao livre acesso aos babaçuais e na defesa de sua preservação. Essa luta

9 Cantineira da comunidade desde 08 de junho de 2020, pertence a família de Soares de Mateus e divide o oficio com outros dois jovens da comunidade.

10 Cantineira/o é um/a trabalhador/a sócio da COPPALJ que cuida da gestão das cantinas, dos espaços de comercialização nas comunidades, presta conta com os sócios locais e mobiliza reuniões internas.

11 Para ilustrar as razões que motivaram a escolha deste nome, apresentamos o seguinte depoimento: "Toda luta começou pelo babaçu. Conquistamos a terra, criamos a lei Babaçu Livre e depois criamos uma marca de produtos, achamos por bem chamar de Babaçu Livre porque era o mesmo nome da lei para lembrar a gente de toda luta e valorizar o produto" (Dôra, Comunidade São Manoel).

está em contraponto ao envenenamento de pindovas (palmeiras jovens) e a derrubada de palmeiras produtivas sob a alegação de interesses que visam expandir áreas de pastagens para a criação de gado.

Para quem tem sua renda baseada da quebra do coco babaçu e para os movimentos que carregam o babaçu como símbolo de um modo de vida, garantir o acesso e a preservação dos babaçuais vai muito além dos aspectos econômicos. Significa manter viva tradições socioculturais e também um certo equilíbrio ambiental, já que a presença do babaçu acaba impedindo que essa paisagem se transforme em áreas de monocultivo de capinzais para a bovinocultura. Se a luta dos anos de 1980 era pela libertação do babaçu e da terra, atualmente o desafio está na defesa e preservação do que foi conquistado.

ESCOLAS E EDUCAÇÃO

Uma perspectiva sobre os processos educativos pode ser descrita como decorrência de um processo dialético de construção, um processo de aprendizagem para além da formação profissional. Trata-se de uma emancipação intelectual, desenvolvimento das capacidades humanas, ligada a própria formação cultural, com uma abordagem histórico-crítico, contextualizada à vivência no campo social. Um processo educativo deveria alargar a conexão de conhecimentos voltados para a construção de uma sociedade consciente, justa e crítica, conhecedora de seu passado, desafiada por processos de lutas, resistências, conquistas e ressignificações. Dentro desta perspectiva a escola deveria ser mais uma instituição inserida em um processo educativo que se pense libertador.

Todavia, a realidade de uma escola ligada a educação do campo, no campo e para o campo, fato vivenciado no Maranhão, registra um histórico de negligência de políticas públicas para assegurar uma educação de boa qualidade e que se preocupe com um processo educativo libertador. Pelo contrário, é um modelo de escola que serve a uma outra concepção de processo educativo, controlador e que cumpre a função de garantir simbolicamente os processos de dominação social, de colonização do pensamento.

Desde os primeiros anos de colônia e exploração, no Brasil a educação acessível nunca foi pautada em primeiro plano. Mesmo o sistema educacional hegemônico só recentemente que foi popularizado, isto é, há pouco tempo que foi projetado para alcançar

grande parte da população brasileira. Mesmo assim foi desenvolvido precariamente, marcando uma forma de ensino excludente, que não dialoga com os contextos locais.

Falar de Educação do Campo, de acordo com concepções que buscam na materialidade da vida cotidiana, significa falar da questão agrária; da reforma agrária; da concentração fundiária; dos povos originários e quilombolas; da necessidade de enfrentamento e de superação da lógica de organização da sociedade capitalista, que tudo transforma em mercadoria: a terra; o trabalho; os alimentos; a água, a vida. O acúmulo de experiências nas lutas por direitos dos povos do campo vem demonstrando a importância estratégica do acesso à educação pública, na disputa contra-hegemônica pela formação intelectual, ideológica e moral dos povos do campo (MOLINA, 2015).

A Educação do Campo é muito mais ampla do que educação escolar, valorizando outros espaços de construção de conhecimentos. A educação do campo aborda situações de conflito, de luta de classes. Busca-se atenção aos processos de ensino aprendizagem que ocorrem no ambiente escolar, buscando maior protagonismo dos sujeitos coletivos do campo, em luta pela construção de um outro modelo de desenvolvimento, baseado no trabalho camponês; na agroecologia; na soberania alimentar, na justiça social, enfim, com características extremamente distintas do modelo atual, em que a lógica prevalente é o lucro e não a vida (MOLINA, 2015).

Nessa perspectiva, compreendo que o ser humano como inserido numa realidade social e econômica e que vai se construindo histórica, politicamente, não se é possível ação neutra quando se trata de educação, como propõe Paulo Freire:

> Na medida em que compreendemos a educação, de um lado, reproduzindo a ideologia dominante, mas, de outro, proporcionando, independentemente da intenção de que tem o poder, a negação daquela ideologia pela confrontação entre ela e a realidade, realidade vivida pelos educandos e pelos educadores, percebemos a invalidade de uma educação neutra (FREIRE, 1992, pag, 23).

Nesse contexto, insere-se a escola enquanto instituição social responsável pela educação institucionalizada, que não sendo neutra deve assumir o exercício da cidadania, por nós entendida como viver a cidadania na compreensão da realidade, no acesso ao saber historicamente selecionado, no exercício da responsabilidade, no respeito pela diversidade, no compromisso com as condições de desenvolvimento humano, social e ambiental de todos os atores envolvidos nesse espaço.

Portanto, cabe à escola assegurar a todos, uma educação que ofereça uma instrumentalização científica, crítica, criativa e participativa cumprindo com a sua responsabilidade social que é a formação plena do educando e a construção de uma sociedade mais justa e solidária, conforme determina a Constituição Brasileira em seu Art. 205:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

E a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), Art.2º:

> A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para tanto, a comunidade São Manoel hoje dispõe de instituições para a escolarização de seus integrantes. A escola Unidade Integrada José Nogueira é fruto da luta e organização dos movimentos na busca por direitos. Para muitos esta foi a primeira instituição de ensino que se teve acesso.

Atualmente, essa escola conta com 26 funcionários, todos residentes na própria comunidade da instituição, onde estão distribuídos no exercício das funções de direção escolar, coordenação pedagógica, secretaria, agente de serviços gerais, merendeiras, vigia, motorista e professores assumindo as turmas de educação infantil - maternal e jardim, e ensino fundamental, nas séries iniciais e finais. Para atender um total de 80 estudantes matriculados na escola em 2021, que em sua maioria são filhos de trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu da comunidade e de outras circunvizinhas.

O caixa escolar da unidade integrada José Nogueira é um colegiado representativo composto por um Presidente, um Vice Presidente, uma Tesoureira, uma Secretaria, Conselho Fiscal e Suplentes Fiscais que foram eleitos a partir dos seguintes seguimentos: I – Representação dos Estudantes, II –Representante dos Pais e/ou Responsáveis, III – Representante dos Professores, IV – Representante dos Funcionários não Docentes, V – Entidade Local, e VI – Sociedade Civil. Todos estes, tem por finalidade geral colaborar

na assistência e formação do educando, por meio da aproximação entre pais, alunos e professores, promovendo a integração: poder público – comunidade – escola – família.

A segunda escola da comunidade São Manoel é a Escola Família Agrícola Antonio Fontenele-EFAAF, a 24 km distância da sede municipal de Lago do Junco/MA. A presente escola é fundamentada pela Pedagogia da Alternância e teve sua fundação, ocorrida na segunda metade da década de 1990 por famílias, lideranças e movimento social da região.

A EFAAF é administrada pela Associação da Escola Família Agrícola de Lago do Junco-AEFALJ, fundada em novembro de 1995 que por sua vez se articula e integra a União das Escolas Famílias Agrícolas do Estado do Maranhão - UAEFAMA, que visa possibilitar às populações do meio rural do município de Lago do Junco e municípios vizinhos o acesso à educação integral que atenda tanto à formação técnica como social e política em tempos de estudos alternados - Tempo Escola e Tempo Comunidade, com espaços favoráveis para serem realizadas aulas práticas de Zootecnia e Agricultura Geral, com conteúdos que possam dialogar com a realidade dos estudantes, bem como de suas comunidades, proporcionando construção de conhecimento e troca de experiências.

Esta escola em sua prática pedagógica trabalha com alguns instrumentos como por exemplo o Plano de Estudo, o Caderno da Realidade, as Visitas as Famílias, as Visita e Viagem de Estudo, Estagio e Interversões Internas, todas essas ferramentas são formas de desenvolver o conhecimento dos estudantes envolvidos inserindo-os em outros espaços educativos, colocando novas formas de estudos tornando-os participativos tanto na escola como na comunidade.

Outras ferramentas também referenciam a organização do trabalho pedagógico da escola e alimenta a concepção de educação dos sujeitos como as propostas curriculares, dossiê, programa de disciplinas, além dos relatórios e fichas de avaliação dos alunos, boletim escolar, ata de resultados finais e projetos educacionais.

Outro aspecto importante a ser citado é a questão do ingresso dos alunos na escola, a inclusão e acessibilidade. Primeiramente ocorre uma mobilização nas comunidades, posteriormente ocorre uma semana de adaptação, este é o momento em que os alunos têm o primeiro contato com a escola.

A EFAAF, em 2022, atende 60 estudantes de 22 comunidade diferentes. O quadro docente atualmente é composto por nove monitores, os quais residem na própria

comunidade da escola ou em proximidades. Todos os professores mantêm vínculo com o campo e atuam em todas as turmas na instituição de ensino com interação entre disciplinas e áreas de conhecimento utilizando as ferramentas pedagógicas disponíveis na sala de aula e nos distintos setores produtivos da propriedade da escola.

Hoje, em São Manoel, a maioria das pessoas, estão conseguindo finalizar o ensino médio, mesmo esta etapa da educação básica não sendo ofertada na comunidade. Para ter acesso ao ensino médio os discentes percorrem uma distância de 5km até a localidade de Ludovico, Lago do Junco, onde frequentam um anexo da escola estadual do município. Outros para concluir a educação básica, ingressam no ensino médio técnico profissionalizante por meio do Centro Familiar de Formação por Alternância Manoel Monteiro, localizado a 15 km na localidade Pau Santo, Lago do Junco. Há alguns com formação no ensino superior em universidade públicas e privadas, porém ainda há um número significativo de pessoas que não são alfabetizadas, principalmente da faixa etária próxima dos 60 anos as quais não tiveram acesso à educação na infância ou na juventude.

ELEMENTOS DA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

A diversidade de dados que foram construídos nesta pesquisa se constituíram a partir de relatos que tinham como objetivo obter informações para nos ajudar a compreender os processos que propiciaram a constituição da comunidade de São Manoel. Estes dados me permitiram a reflexão sobre a importância da compreensão dos processos históricos para a construção de pertencimento, base para a autoidentificação/reconhecimento de cada pessoa a uma identidade. Também tenho como referência que os processos históricos podem ter diferentes interpretações, e assim podem ser ressignificados.

A história local pode ser incorporada de diferentes formas na prática social do presente. De toda forma, a construção e o uso dos registros históricos, obtidos a partir da oralidade, impactam na memória cultural de um grupo. Por tanto registrar fatos é uma alternativa que visa contribuir para que os processos históricos sejam revisitados, e assim movimentar a cultura e identidade de um povo/grupo.

Através da ativação, espontânea ou intencional, do ato de relembrar, mulheres e homens são instigados a reacender e reviver desafios, utopias e sonhos de um tempo precedente, mas sobre os sentidos e significados dados no atual contexto. O ato de tomar os fatos que marcaram as vidas individuais ou comunitárias, ao tentar reconstruir a atmosfera de outros tempos, relembrando hábitos, valores, e práticas da vida cotidiana, nos possibilita reacender emoções de diferentes naturezas: individuais, sociais, políticas, culturais. Relembrar, o passado no presente, é estabelecer a relação de dois tempos, que se constituíram em contextos e dinâmicas distintas da História. Representar e reativar formas de pensamento, reviver embates políticos e ideológicos, reconstituir climas de religiosidade, de lazer, de companheirismo, de lutas, nos permite conhecer melhor quem somos hoje (DELGADO, 2003)

> Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os

> mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor (BOSI, 2009, pag 17).

Envolver elementos precedentes, que socialmente são considerados expressivos, mesmo que pouco conhecidos, é um ato para compreender, e mesmo designar, significados para ideologias, costumes, saberes, crenças, organização e peculiaridades/especificidades de um grupo social. Entendendo que o papel da história não é lembrar reminiscências, mas tornar sujeitos conscientes, interventores a partir do aguçamento do processo histórico, num exercício reflexivo crítico. O registro de fatos históricos também é o desafio de sistematizar a história oral, que marca uma outra forma de relatar lembranças individuais e/ou coletivas. E ao descrever os processos históricos a partir de grupos específicos, também enfrentamos o desafio de reviver outros tempos, em um novo espaço social, com novas lutas que e ao mesmo tempo disputam a história, e assim não deixamos que perspectivas sejam levadas ao esquecimento social.

Portanto, apreender a amplidão do passado é um desafio para o ser humano, ativar a memória também o é, pois a memória, além de incomensurável, é mutável e plena de significados de vida, que algumas vezes se confirmam e usualmente se renovam. Tempo e memória, portanto, constituem-se em elementos de um único processo, são pontes de ligação, elos de corrente, que integram as múltiplas extensões da própria temporalidade em movimento (DELGADO, 2003).

Em tempos passados os seres humanos já identificavam a importância da memória como suporte construtor de identidades e solidificador das consciências. História que é a construção da experiência humana através dos tempos. Arte, que traduz os sentimentos e emoções dos seres humanos e representa os valores e as expectativas de uma época. Tanto a História como a memória, apesar de distintas, possuem um substrato comum: antídotos do esquecimento (DELGADO, 2003).

Ao tratar de memória, podemos também investigar o que está sendo esquecido e a quem interessa esse esquecimento das histórias. Para isso é preciso olhar o passado, para uma realidade que podemos inclusive já não viver mais. As formas como as trajetórias se constroem precisam ser conhecidas, estudadas. "Esquecimento, omissões, os trechos desfiados de narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no quotidiano das pessoas. Dos traços que deixou na sensibilidade popular daquela época" (BOSI, 2003, p 18).

> "A memória não se reduz ao ato de recordar. Revelam fundamentos da existência, assim experiência existencial, através da narrativa, integra-se ao cotidiano fornecendo-lhe significado, evitando, que a humanidade perca raízes, lastros e identidades" (TODOROV, 1999, apud DELGADO, 2003, pag. 17).

Nessa perspectiva incorpora-se também a ideia de que indivíduos e grupos trazem consigo uma história, memória pela qual organizam marcos explicativos de sua existência, lhes dando concordância fazendo-os reconhecer a si próprios no exercício das práticas sociais. A forma como estes indivíduos e grupos articulam suas experiências passadas, os orienta a agir no presente e a pensar o futuro, a partir do que foi seletivamente demarcado como significativo em sua memória (LIMA NETO, 2007).

Neste sentido, retomar (rememorar) o passado, às vezes pouco proferido, assume grande importância não apenas no papel de reconstituir o vivenciado em outros tempos ou estabelecer historicamente os desafios de um tempo (LIMA NETO, 2007). Cabe demarcar, no entanto, que o desenvolvimento desse trabalho se dá a partir de uma memória construída, uma memória narrada e viva resultante de um processo dinâmico de mudanças não individualizadas.

> A noção de memória remete tanto aos mecanismos de acumulação, vinculando-se às formas de conservação, atualização e reconhecimento de uma lembrança, quanto aos processos de compartilhamento de representações sociais. Vinculada ao universo de interações e significações de um sujeito em seu mundo, é essa reinterpretação constante do passado, sua reconfiguração e formas de ação no presente (FERREIRA, 2011, pag 102).

Para a construção dos dados deste trabalho adotei instrumentos recorrentemente utilizados em pesquisas de caráter qualitativa, como o registro em diários de campo, realização de entrevistas em cima de temas geradores e na consulta aos documentos existentes. Busquei mergulhar na história local para uma apreensão de como se deu a trajetória de luta, o contexto de conflitos agrários acontecidos em São Manoel.

Realizei um mapeamento registrando as publicações científicas apresentadas em instituições de educação pública. Este diagnóstico se realizou em três das plataformas de bancos de dados de publicações acadêmicas, levando em consideração principalmente artigos, teses e dissertações, distinguindo quatro palavras-chaves como descritores: *Escola do Campo; Babaçu Livre; Luta pela terra e Lago do Junco – MA*.

As escolhas destes descritores estão diretamente relacionadas ao objetivo geral da proposta apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado Profissional em Educação do Campo – UFRB. A princípio o projeto se propunha em

investigar as histórias, memórias e trajetória de luta pela terra e pela escola como expressão da luta pelo direito a educação do assentamento de São Manoel, Lago do Junco-MA. Também por compreender como se deu a trajetória educacional da comunidade do assentamento, contextualizando sua cronologia com os modos de organização social, práticas de agricultura e extrativismo. Por fim relacionar o histórico processo de povoamento às lutas pela libertação do coco babaçu e pela conquista da terra. Ao estudar as orientações dos modos de organização e mobilizações dos movimentos sociais do campo, busco contribuir com o campo de estudos da área.

No processo de buscas nas plataformas e bancos de dados, utilizando os descritores, adotei alguns filtros de busca para delimitar o tema de interesse da pesquisa, tais como: *Publicações Nacionais; Grande Área de Conhecimento de Ciências Humanas; Espaço de Tempo Recente (2015 a 2020).*

Após estas buscas nos bancos de dados, verifiquei cuidadosamente a área de concentração dos estudos, os títulos e resumos dos trabalhos, ao mesmo tempo já realizando uma triagem dos trabalhos que mais se aproximavam da proposta de interesse da pesquisa desenvolvida. Ao todo, nove trabalhos foram selecionados e incluído no plano de trabalho para estudos na realização da pesquisa.

Nos estudos dos trabalhos selecionados, consideramos importante separar os trabalhos em dois grupos: um que traz um debate a respeito da luta pela terra e pelo babaçu livre ao passo que o outro revela uma ligação entre a luta pela terra com elementos da educação. Todo esse material selecionado foi considerado parte estruturante para o desenvolvimento e sistematização do trabalho final

Contudo, esse diagnóstico que se propôs a fazer um recorte no campo acadêmico das publicações científicas que dialogam com o tema da pesquisa, revelou possíveis implicações ao desenvolvimento de outros métodos investigativos ao projeto. O novo contexto vivido em decorrência da crise sanitária, em escala internacional, provocada pelo novo corona vírus, também me levou a buscar alternativas metodológicas, enquanto alguns dos métodos precisaram ser interrompidas por um período de isolamento social. Para este momento utilizamos pontualmente um processo de comunicação virtual, com aplicativos de trocas de mensagens.

Porém naquele dado momento, este contato foi mínimo com os interlocutores, pois a ampla maioria deles não tinham o acesso ao ambiente virtual propiciado pela

aparelhagem constituinte por celulares, computadores ou similares com acesso à internet. Vale ainda considerar que para este canal de comunicação é preciso que todos estejam não apenas alfabetizados em sentido estrito, mas também não sejam analfabetos digitais.

Com estas condições, reformulamos o plano de trabalho considerando a nova realidade do campo de pesquisa. Para o desenvolvimento das investigações identificamos lideranças para realizar conversas/entrevistas buscando compreender como ocorreu o desenvolvimento histórico, o processo de ocupação da terra, os cercamentos, a luta, as relações sociais.

As conversas sempre em tom amistoso, com histórias orais, geralmente eram feitas em suas casas em um ambiente escolhido pelos donos da casa, quase sempre nas varandas ou no terreiro à sombra, algumas vezes com presença de outras pessoas da família. Durante as conversas (ou em outros momentos me chamavam atenção) era comum apresentarem objetos ou sinalizavam pessoas ou lugares da comunidade que de algum modo tinha relação com as vivências socializadas.

Para orientar o diálogo, um roteiro com questões geralmente guardadas na mente e aos poucos lançadas nas conversas, evitando uma aparência roteirizada e mecânica de perguntar, assim possibilitando um ambiente de construção de dados sobre a trajetória do entrevistado, suas vivências, desafios e memórias sobre a comunidade, questões relacionadas a São Manoel e sobre as organizações que fazem parte de suas experiências. Algumas das conversas foram gravadas com auxílio do celular, outras foram apenas registradas nos cadernos de anotações.

Vale ressaltar que as entrevistas foram realizadas com lideranças, integrantes da comunidade e das organizações que constituem a região. No total foram 18 pessoas que contribuíram diretamente na construção desse trabalho com a partilha de seu tempo, suas vivências e memórias. Foram 10 mulheres e 08 homens, do total 03 são nascidos no Ceará.

QUADRO 01: IDENTIFICAÇÃO DOS INTERLOCUTORES DA PESQUISA

Nome	Idade	Ligação familiar em São Manoel	Forma de contato
Albertina Paula Martins	66	Paula	Presencial
Alzinete Paula Martins	37	Ermino Martins e Paula	Presencial e Virtual

Ana Vieira Lima	92[12]	Soares Lima	Presencial
Antonio Ermino Martins	86	Ermino Martins	Presencial
Benedita Onorio da Silva – Dita	50	Ermino Martins e Romano Azevedo	Presencial
Constantina Ferreira de Assis	91[13]	Ermino Martins	Presencial
Frei Adolfo Temme	83	Sacerdote de origem alemã	Virtual
Ivete Silva Santos	59	Vital/cônjuge	Presencial
João de Sousa Lima - João Pacifico	70	Pacifico	Presencial
José soares Sobrinho – Antonino	73	Soares Lima	Presencial
José Wilson Onorio da Silva – Zé Hermino	54	Ermino Martins e Romano Azevedo	Presencial
Maria das Dores Vieira Lima – Dôra	52	Soares Lima	Presencial
Maria Helena Vieira Lima Nascimento - Nena	54	Soares Lima	Presencial
Mariana Lima Nascimento	22	Mateus e Soares Lima	Presencial e Virtual
Milton Vieira	68	Vieira (Roso)	Presencial
Raimundo Ermino Neto	60	Ermino Martins e Romano Azevedo	Presencial e Virtual
Terezinha Francisca – Tereza	66	Mateus	Presencial
Vicente Ermino Martins	84	Ermino Martins	Presencial

Todos tiveram autoridade sobre a versão de suas lembranças que estavam sendo registradas, embora houvesse em alguns momentos de lapsos ao contar, mas estas lacunas acabavam sendo sanadas em outras conversas entre os próprios interlocutores. Muitas passagens das lembranças não foram registradas, foram contadas por confiança como confidências da história que deveria saber para entender as circunstancias, mais não poderíamos registrar no trabalho escrito.

Após a produção dos dados, realizei uma organização dos registros com criação de categorias com uma caracterização geral da história da comunidade São Manoel, o qual foi apresentado no Exame de Qualificação de Curso. Este momento junto a banca no processo de argumentação levantou várias possibilidades de utilização dos registros para

12 Faleceu aos 92 anos de idade, em 2022.
13 Faleceu em 2020 aos 91 anos de idade.

a construção do produto final, apontando recortes para aprofundamentos e direcionamentos para estudos acadêmicos futuros.

Após os processos de qualificação de amadurecimento dos debates registrados, considerei importante trabalhar o recorte sobre as questões territoriais da comunidade de São Manoel em diálogo com as narrativas das buscas por terras livres, resistência na terra aprisionada, conflito e conhecimentos sobre o território.

De modo geral esses instrumentos trouxeram respostas aos objetivos da pesquisa e possibilitou intercâmbio através da socialização de experiências da trajetória da comunidade. Durante o período de curso (não somente), buscamos promover e participar de atividades educacionais junto a comunidade, igreja e escola (seminário, noite cultural, celebrações, encontros e outros), partilhando os resultados do trabalho de pesquisa ao mesmo tempo que recebia em retorno a avaliação da comunidade. Por tudo isso, considero este trabalho como resultado de uma construção coletiva.

II - TERRA DE NINGUÉM, BABAÇU LIVRE E CAMINHOS ABERTOS

Era dia 13 de dezembro de 1926. Antonio Bernardo chega em terras onde uma vegetação densa cobria toda a área. Estava à procura de caça. A presença abundante de uma planta específica, uma árvore, chamava atenção: *São Manoel.* Posteriormente essa planta deu nome à esta localidade, que iria se tornar um povoado. As terras férteis, a quantidade de árvores São Manoel, e o conjunto de outras espécies vegetais, favoreciam a aproximação de diferentes animais que formavam a biodiversidade local. É o discernimento sobre o potencial natural desta localidade que leva à algumas famílias a ocupar tradicionalmente estas terras.

Antônio Bernardo decide construir uma casa onde atualmente vive a família de Raimundo Paulo da Silva, Severino, como assim prefere ser chamado e Emília Bernardino da Silva, dona Miliana como é conhecida. Depois construiu uma casa que na área de terra conhecida como Alto de Pedra[14]. A família de Antônio Bernardo foi a primeira família do povoado. Em pouco tempo os filhos também já formaram novas famílias contribuindo com o crescimento populacional, ali também construíram suas casas, trabalhavam na agricultura, sobretudo nos cultivos de roça queimada.[15]

Além da agricultura, a pesca e a caçada a pequenos animais na mata era uma prática comum ao núcleo familiar do senhor Antonio Bernardo. Mas fazia parte do modo de vida de sua família estar constantemente explorando novas localidades a procura de animais. Anos depois de chegar a São Manoel, depois de construir casas e formar áreas de plantio, se desloca para outro lugar de matas fechadas, um pouco mais distante do já conhecido Cento do São Manoel. Fundaram outro povoado, que mais tarde fica conhecido como Cento dos Bernardos[16]. Já por volta da década de 1960 vendeu seu terreno onde habitava para morar na sede de Lago do Junco.

14 Atualmente é parte do assentamento de São Manoel que compreende ao lote do senhor José Wilson Onório da Silva, popularmente conhecido por Zé Hermíno.

15 Baseia-se em técnicas rudimentares de cultivos da agricultura com a derrubada de uma área de vegetação alta, em seguida, é deixada para secar e depois é queimada. Essas áreas de incidência do fogo controlado no período seco, com a chegada das chuvas inicia o plantio do roçado.

16 Situado a 2 km do povoado São Manoel. Na época, ambos os centos estabelecidos geograficamente no município de Ipixuna, hoje pertencem ao município de Lago do Junco/MA.

Os registros orais da chegada dos primeiros grupos familiares do estado do Piauí, Ceará (grande maioria) e de outras localidades do Maranhão em São Manoel é entre os anos de 1932 e 1958. Os nascidos no Maranhão eram chamados de *Quiriba*, como explica amistosamente e em prosas, o senhor Vicente Ermino Martins, nascido em São Benedito, onde hoje é cidade do Graça no Ceará, chegou em São Manoel no ano de 1958:

> Meu filho, tu já viu falar em quiriba? (risadas altas) quando eu cheguei aqui que achava os maranhenses, eles era chamado de quiriba. **Quiriba é quem nasce e se cria aqui no Maranhão**. Então tu é quiriba também... (Vicente Ermino Martins, São Manoel – grifo meu).

Podemos confirmar essa afirmação de Seu Vicente Ermino com as memorias do senhor João de Sousa Lima, da família de Pacifico, por isso conhecido como João Pacifico, ele é descendente de família que chegaram do Piauí, mas nascido em São Manoel em 20 de junho de 1952. As conversas com João Pacifico sempre foram bem breves e pontuais. Uma vez eu repeti a mesma pergunta que Seu Vicente havia me feito: *Já ouviu falar em quiriba?* Pra ele foi motivo de graça quando ele ouviu a pergunta e pensava nas respostas que podia me dizer, percebi que ele já não lembra dessa expressão. Sorrimos juntos e depois de contar algumas histórias curtas, ele confirma:

> Chamava era quiriba, era mermo, quem nascia aqui era quiriba (risadas breves). Eu já nasci aqui, meu sangue é maranhense, aí eles me chamavam era de quiriba porque eu já nasci aqui (João de Sousa Lima/João Pacífico, São Manoel, Lago do Junco).

Famílias de outros estados se constituíram em uma espécie de corrente de deslocamento de grupos, em parte resultante de política de ocupação de terras consideradas livres, de fronteiras para expansão de povoamento. Essas famílias também eram afetadas pela concentração de terras em seus locais de origem que incidia sobre as formas de reprodução social das famílias. Os efeitos da desigual distribuição fundiária se intensificava sobretudo nos períodos prolongado de estiagem, que ocasionava desafios agricultura e a obtenção de renda através de trabalhos em fazendas.

O médio Mearim, região no estado do Maranhão, é constituído de muitas cidades e povoados que passaram a ser referência para pessoas que se deslocaram de outras localidades e passaram a ocupar tradicionalmente terras que se apresentavam disponíveis.

O processo de territorialização foi marcado pela produção de práticas culturais constituídas por grupos distintos que se encontraram em processos de deslocamentos, proporcionando distintas experiências de construção de modos de viver. Podemos afirmar que o espaço social foi constituído no desenrolar da história, reinventado por múltiplas temporalidades ligadas a diferentes formas de percepção da vida.

Os períodos de deslocamentos populacionais das décadas de 1930, 1940 e 1950, são destacados. O médio Mearim despontava pela disponibilidade de grande potencial hídrico, de terras disponíveis para o plantio, em uma rota para comércio marcada pelo trajeto das tropas de burro que se deslocavam entre as usinas de beneficiamento de arroz e algodão. Terras com dono e sem dono atraem levas de migrantes nordestinos (FERREIRA, 2013).

Em 1930 a produção de algodão da região ganhava números significativos no mercado e em produção. Pedreiras e Bacabal em 1935 eram os maiores produtores do Estado, juntos, forneciam mais de 30% do produto beneficiado no Maranhão. Produção essa que possivelmente, nesta década (1930), o algodão do Mearim procedia das roças de camponeses livres que trabalhavam em suas terras meio a frente de expansão, já agrupados a economia mercantil (MUSUMECI, 1988 apud FERREIRA, 2013).

Uma grande consequência dos deslocamentos dos grupos familiares nordestinos é a formação propriamente dita da frente agrícola que, a partir da região de transição para o vale do médio Mearim, vai ocupando terras livres com base na exploração familiar, transformando o arroz, seu produto mercantil por excelência, em elemento de maior peso na economia estadual, já a partir dos anos 50 (ALMEIDA& MOURÃO; 2017).

Na década de 1950 o Médio Mearim se tornou o local de maior crescimento no país. A cidade de Pedreiras aparecia como maior cidade do Médio Mearim em 1940 e 1950. Todavia a partir de 1960, Bacabal desponta como maior centro da região e Ipixuna (atualmente São LuÍs Gonzaga do Maranhão), apesar de apresentar um crescimento significativo, continua como a menos expressiva das três cidades ao longo dessas décadas de maior fluxo migratório da região (FERREIRA, 2013).

> Entre as décadas de 1920 e 1940, Pedreiras (4,03%) Bacabal e Ipixuna (5,46%) apresentam taxa de crescimento muito superior ao Estado do Maranhão (1,74%), possivelmente o incremento demográfico deve-se ao fluxo migratório de nordestinos, intensificado na região a partir de 1930, […]. Na década de 1940, a região do Médio Mearim (3,20%) continua com taxas de crescimento

> superiores ao estado (2,51%), sendo 3,16% em Bacabal/Ipixuna e 3,27% em Pedreiras, mas sem a mesma expressão do período anterior. Na década de 1950 ocorre o maior impulso demográfico da região, com taxa de crescimento de 8,41%, próxima ao dobro da apresentada pelo Estado 4,64%. Pedreiras apresenta um crescimento menos expressivo que as demais cidades (5,10%), enquanto Ipixuna e Bacabal crescem 10,30%. Durante a década de 1960, a região do Médio Mearim (-0,29%) apresenta um decréscimo demográfico, enquanto o Estado do Maranhão persiste crescendo (1,85%), ainda que numa taxa inexpressiva (FERREIRA, 2013, p. 14 e 15).

Não obstante, a dinâmica populacional maranhense assume uma forma particular relacionada ao contexto histórico do processo de povoamento. Esse processo também está relacionado aos múltiplos fatores ligados às condições naturais, à disponibilidade e curso das políticas públicas governamentais incentivadoras dos fluxos migratórios (ROCHA; MOTA, 2012).

Um fator importante que podemos citar é sobre o desenvolvimento do sistema rodoviário atuou como fator de atração desses novos grupos. Os mesmos caminhos que se abrem, mais tarde escoa a produção do arroz e do gado para os grandes centros consumidores. A estrada atua, assim, tanto como fator de divulgação da ocorrência de terras livres para outros grupos sociais não camponeses interessados na terra, como também introduz novos personagens. Nesse cenário, o próprio Estado passou a promover a venda de terras públicas para grandes grupos empresariais por preço baixo de mercado (ALMEIDA; MOURÃO, 2017).

O Estado sempre esteve presente nos projetos de povoamento do território maranhense. No século XX as ações estatais passaram a ter caráter decisório para a dominação do médio Mearim maranhense (ROCHA; MOTA, 2012).

O Estado contribui com a viabilização de infraestrutura para deslocamentos de famílias para a região denominada de “Lagos” do Maranhão, principalmente por meio do aparecimento dos transportes rodoviários a partir da década de 1950. Esta corrente de deslocamentos para o Maranhão não se justifica apenas pela seca ocorrida no Nordeste brasileiro naquela época, mas igualmente pelas mudanças na estrutura agrária de regiões de antiga colonização. Mas a abundância de água nos locais de terras livres é apontada como fator de interesse das famílias que vieram a se estabelecer (ROCHA; MOTA, 2012).

Os registros do processo de constituição histórica nas décadas iniciais de fundação do município de Lago do Junco, em especial da comunidade São Manoel, se articulam com elementos que propiciaram o povoamento, sobretudo, pelo processo de

deslocamentos populacionais de nordestinos ao oeste, a Amazônia, ainda na primeira metade do século XX. No caso de Lago do Junco, considerado pré-Amazônia.

A formação do povoado de São Manoel se deu através do agrupamento de famílias que estabeleceram relações sociais entre si, e passam a constituir tradições que vão marcando uma territorialidade. Essas relações formaram uma comunidade, constituída pelos grupos familiares de *Pacifico* (segunda família a che gar a São Manoel), *Cabaceiro, Paula, Pereira, Vieira (Roso), Soares Lima, Mateus e Erminio Martins,* sendo as três últimas mencionadas, respectivamente as maiores famílias da comunidade.

Hoje existem núcleos familiares que advêm do cruzamento dos grupos originais, no entanto, há outras famílias que não guardam nenhum vínculo, nem por matrimônio nem por sangue, com aquelas primeiras. Existe hoje uma circulação maior entre as comunidades vizinhas e entre as localidades da área rural e das áreas urbanas, ocasionadas por motivações variadas que podem ser desde o acesso aos meios de comunicação que possibilitam outras formas de relações sociais a uniões conjugais, empregos na iniciativa privada ou nomeações para cargos no serviço público, qualificação profissional e outros (MACHADO, 2020).

QUADRO 02: CRONOLOGIA DE CHEGADA DAS FAMÍLIAS À SÃO MANOEL

FAMÍLIAS	ANO DE CHEGADA	ORIGEM
Bernardo dos Santos	13 de dezembro de 1926	Não identificada
Pacifico	Ano ainda não identificado, mas estima-se entre os anos finais da década de 1920 ao início de 1930	Piauiense
Brasilino	Datas não identificadas, mas estima-se que chegaram no período entre as décadas 1930 a 1950 destes grupos de famílias, de acordo com a sequência da tabela	Piauiense
Cabaceiro		Piauiense
Paula		Piauiense
Mariano		Piauiense
Marques (Marcos)		Cearense
Aristeu		Não identificada
Gomes Amorim		Piauiense
Pereira		Piauiense
Davi		Piauiense

Xavier		Cearense
Estevão		Piauiense
Niunila		Piauiense
Imidio		Cearense
Henrique		Quiriba
Soares Lima	1952	Cearense
Ermino Martins	1953	Cearense
Vieira (Roso)	1953	Cearense
Gomes da Silva	1953	Cearense
Ferreira	1955	Cearense
Barra	1958	Piauiense
Monteiro	1958	Cearense
Mateus	1958	Cearense
Gonçalves	1958	Cearense
Batista	1958	Cearense
Baeta	1958	Piauiense
Serrano	1958	Cearense
Romano Azevedo	1958	Cearense
Batista	1958	Cearense
Camelo da Silva	1958	Cearense
Nogueira	1964	Cearense
Lopes	1964	Quiriba
Vital	1973	Cearense

Fonte: Pesquisa realizada junto as famílias da comunidade de São Manoel, 2021.

Segundo os dados apresentados no quadro 02, foi a partir dos deslocamentos populacionais de dois estados nordestinos que se deu o povoamento inicial de São Manoel. Seguindo a cronologia apresentada na tabela, até os primeiros anos da década 1970, 12 famílias piauienses se estabeleceram no Cento do São Manoel, dessas, 10 chegaram ao atual lugar antes do ano de 1953. Nota-se que inicialmente as correntes de deslocamentos migratórios direcionadas a esta região estavam mais frequentes do estado do Piauí, enquanto do Ceará neste mesmo período foram identificados apenas 04 núcleos familiares.

Todavia, no conjunto dos anos seguintes, até a década de 1970, o estado cearense foi representado por 18 grupos de famílias. O ano de 1958 teve maior incidência de deslocamento de núcleos familiares do Ceará, naquele ano 10 famílias instalaram-se neste novo espaço maranhense, sendo 8 cearenses e 2 piauienses. O Ceará nas décadas iniciais de fundação soma ao todo 16 grupos de famílias. Entre piauienses e cearenses foram 30 grupos de famílias que se estabeleceram naquele lugar, além de 2 grupos de *quiribas* e 2 grupos que não há registro de seus estados de origem. Entre este está a família do senhor Antonio Bernardo dos Santos e dona Raimunda, a família pioneira de São Manoel.

Os relatos que escuto desde criança, relacionados a crescente participação de famílias de outros estados nordestinos no processo de ocupação das terras de São Manoel, que também deram início a vários povoamentos no médio Mearim, adveio por um movimento por buscar terras livres, férteis e com chuvas abundantes e regulares, distribuídas em todo o ano.

Dona Constantina Ferreira de Assis conta sobre sua vinda para o maranhão:

> **Mode a seca** de 58. Medo de morrer de fome, aí nós viemos (do Ceará). Viemos aí **enrriba de pau de arara**, sofreno, sofreno, isso era tanta carrada que parecia... eu num sei nem o que era, tanta carrada de gente que entrava, sofreno, que **quando nós viemos foi sofreno**. **Aí nós viemos adiante** e depois que meus **pais vieram atrás** […] (Constantina Ferreira de Assis, São Manoel - grifo meu).

Dona Constantina Ferreira de Assis, popularmente chamada de Tutu ou Tintina, uma senhora de muitas histórias, sempre com muita força e entusiasmo na voz e se munia dos seus gestos quase que teatrais para falar com muito gosto de suas vivências do Ceará, na cidade do Graça, São Benedito e Ipueiras, terra que ela mesma demarcava sempre que podia com muitas saudades, parecendo até que viveu mais tempo de sua vida no Ceará que no Maranhão.

Nesse relato de Tutu que apresentamos, ela mostra que a insegurança de 1958 causada pela escassez de alimentos ocasionada pelos longos períodos com ausência de chuvas teve muito relevância na tomada da decisão de sair do estado, seguindo viajem em caminhões improvisados para transporte de pessoas.

Dona Constantina, a Tutu, relata ainda que inicialmente foram os mais jovens que tomaram a decisão de sair ao encontro das terras livres da região central do estado do

Maranhão, preferindo abandonar o convívio do Ceará para ariscar o futuro em outro estado, em outra realidade social. Nesse contexto também há uma indicação de comunicação estratégica para as ações de deslocamentos dessas populações.

Esses elementos são reafirmados pelo senhor Antonio Ermino Martins[17] ao recordar a viagem para o Maranhão:

> A primeira vez em 58 por que **foi escasso lá** (*no Ceará*), **foi escasso do inverno,** né? Aí eu **me ajeitei e vim**. Aí **acompanhou foi muita gente** depois, tudim, desses outros tudim quem inventou a viagem primeiramente foi eu, depois que inventei a viagem que vim na frente ai os outros vieram, tudim, finado Manel que casou em 56. […] Jessé, cê acredita que eu num to bem certo, mas eu vou lhe dizer minha idade… eu nasci… meu pai me disse e foi verdade mesmo, eu nasci no dia… […] não eu sou de 36 *(1936)*, 36, dia 16 de janeiro de 36 (Antonio Ermino Martins, São Manoel – grifo meu).
>
> Pesquisador: Então você tinha 22 anos quando veio?
>
> Seu Antonio Ermino Martins: É mais ou menos isso, 22 anos. É, foi! **22 anos, eu era novo** nesse tempo.

O acentuado fluxo de deslocamentos de outros nordestinos para o Maranhão, na década de 1950, corresponde ao período de chegada da maior parcela de famílias ao Médio Mearim. Como vimos na tabela, os cearenses são o grupo com maior presença em São Manoel nesta década, já os piauienses foram maioria na década anterior.

Aqui o desafio de se deslocar implica em se inserir em outro contexto social, e contribuir com sua transformação. Inicialmente este desafio parece ser enfrentado pelos jovens, por vezes casais, irmãos, primos. A chegada ao médio Mearim, em terra livre do Maranhão, propicia o encontro com grupos de famílias de estados diferentes, que também vieram de localidades distintas de seus estados de origem. Cada qual com formas distintas de organização do trabalho e economia, com técnicas diferentes de construção de moradia.

> Encontrei muito foi gente boa. Gente bom, do Piauí, os maranhense também. Por aqui só encontrei gente bom, num vou mentir, encontrei. Chegamos aí fumo cuidar, cuidar nas luta, trabaiava em roça [...] (Constantina Ferreira de Assis, São Manoel).

17 Antonio Ermino Martins é Irmão de Vicente Ermino, Constantina Ferreira de Assis e Manoel Ermino Martins, Finado Manel como ele se refere nas conversas. Esta família viveu até o início da juventude na cidade de São Benedito, onde hoje é a cidade do Graça.

> Pesquisador: Quais eram as lutas daquela época?
>
> Constantina Ferreira de Assis: Eu num sabia nem quebrar coco *(babaçu)*, eu ia quebrar coco, cortava meus dedo tudim. Aí pelejei, fui costar arroz cortava era o dedo, mas cortava, aí peguei entra na roça ajudano costar. Aí no outro ano nós cortava arroz, ajudava costar, panhano feijão, aí feijão eu sabia apanhar. Aí pronto, ai peguei botar pedaço foi de roça também.

O convívio entre as famílias deslocadas, sejam elas de outros estados ou mesmo *quiribas*, possibilitou troca de experiências, criando conhecimentos diante dos desafios que iam se apresentando, como os que Dona Constantina Ferreira de Assis denomina de *"cuidar nas luta"*.

> A quebra do coco *(babaçu)* era com machado mermo, eu sacudia o macete, elas mangavam de mim. Eu *lapiava* era *porriba* de caroço *(amêndoa de babaçu)*, tinha lá mar minino, num tinha nem jeito, mas eu levava. As menina elas mangavam tanto de mim, eu lutando elas diziam assim: a sinhazinha (risadas) a sinhazinha leva é assim. E eu sei lá cuma é... Eu levava era aí… partia esfarelano tudo. Elas mangava de mim por que eu num sabia quebrar coco (Constantina Ferreira de Assis, São Manoel).

Tutu, sempre bem atenciosa, cada vez que nos encontrávamos ela tinha uma nova história para contar, seja do cotidiano recente ou ainda porque tinha lembrado de alguma parte de histórias anteriores que ela considerava importante fazer saber. Nestes últimos relatos, as lutas descritas pela cearense: *"trabaiava em roça", "quebrar coco", "costar arroz", "panhano feijão"*; além de: *"Mode a seca", "nós viemos foi sofreno", "enrriba de pau de arara" e "Aí nós viemos adiante"* desprende uma reflexão de que todas essas designações são compreendidas a eles um sentido real de luta, a luta na busca por sobrevivência, na esperança de vida digna, plena.

O encontro entre famílias na ocupação das terras propicia novos aprendizados relacionados aos desafios que se apresentaram, e conformam um novo modo de vida. No relato anterior, Tutu se coloca ao desafio de quebrar o coco babaçu e com o tempo vai aprendendo as práticas e técnicas da quebra do coco com outras pessoas mais experientes com este fazer. Neste trecho os sujeitos se divertem com o processo e revela que a ida para esta terra apresenta aprendizados e saberes que vão se construindo a partir da relação com pessoas de lugares diversos, culturas e formas diferentes de pensar o mundo e ao mesmo tempo vão construindo possibilidades de viver em São Manoel.

O USO DO BABAÇU E DA TERRA: "NUM TINHA ESSA BESTEIRA DE DIZER NÃO NUM VEM FAZER AQUI NÃO"

Tanto durante a pesquisa quanto em vários momentos do meu cotidiano, muito ouvi falar "*eu era criança mais me lembro que eram poucas casas", "quando eu me casei a casa era feito com tudo tirado do mato e num era longe não", "tudo ao redor era só mata e palmeiras de babaçu", "não tinha estradas era só varedas aí dentro do mato*", "*o coco e a terra não era de ninguém, era tudo livre".* Estas afirmações indicam o quanto núcleos de povoação de São Manoel foram formados em um local de mata bem fechada, numa natureza exuberante, afirmando que a terra ainda não tinha sido apropriada.

Outra questão ressaltada era o trabalho na agricultura e extrativismo, representado pelas roças e a quebra do coco babaçu, onde a organização de mutirões ou troca de dias de trabalho eram bem presentes. Geralmente as atividades estavam relacionadas a práticas agrícolas, especialmente em alguns tratos culturais e colheitas, na construção de casas. Essas casas eram cobertas e tapadas com palha de babaçu ou cobertas de palha de babaçu e tapadas de barro, chamadas de *pau-a-pique* ou de taipa. As residências eram construídas no local de preferência de cada família, identificando novamente a fartura de terras disponíveis, conforme explica Tutu, Dona Constantina Ferreira de Assis:

> Era aonde quisesse fazer uma casa, num tinha essa besteira de dizer: não num vem fazer aqui não. Era onde você quisesse fazer, fazia, era liberto. Uma casa não (risos), era uma choupana de paia, tudo era choupana e era tudo amarrada, tudo, tudo de paia, menino, ai só deixava só uma porta e só tampava um quarto, caboco dormia num era com as porta aberta. Só fechava mermo a porta velha do quarto, só, só. O resto deixava mermo ai no aberto, pois é. As parede tudo de paia, teto tudo de paia e porta quando era feita era de paia também. Aí entrou sempre os cearense e pegava fazer as casas deles, viu, mas tudo era de paia, as choupania, tocava de centos, meu fi Ave Maria, tudo era de paia (Constantina Ferreira de Assis, São Manoel).

As moradias construídas artesanalmente com materiais extraídos da própria localidade, especialmente com palhas de babaçu, davam um diferencial que até hoje é destacado, pois causava estranhamento de pessoas que chegavam em São Manoel. As "*choupanas de paia*" tinham suas especificidades tanto estéticas quanto no que se refere a sua forma de construir, de cuidar, de morar.

Em 1954 a família do senhor Sebastião Henrique, conhecido como Sebastião Cego ou Bastião Preto, construiu a primeira morada de taipa coberta com telha. Todas as telhas

foram feitas no povoado São Lourenço, município de Ipixuna na época, hoje pertence a municipalidade de Lago dos Rodrigues. Eram transportadas por animais de carga até o povoado de São Manoel[18].

Dona Constantina destaca em suas histórias que a terra na época era de uso comum, ainda que outros grupos de famílias tivessem chegado antes, um não exercia autoridade sobre o outro, o conceito de propriedade privada parecia distante, portanto os que precisavam da terra tinham liberdade de construir morada e trabalhar em qualquer parte daquelas terras, mas não se apropriavam dela. O uso, o trabalho na terra, é que propiciava legitimidade da posse. Mas cada família mudava de área com determinada frequência, por diferentes fatores. E geralmente, para facilitar os trabalhos na roça, novas moradias eram construídas sempre próximo das áreas de cultivo.

A técnica de cultivo praticada era do tipo *corte, queima e pousio*, que consistia na derrubada de uma área de mata, seguida de queimada para retirada de troncos, galhos e outros materiais que pudessem vir a dificultar o cultivo com estas técnicas de produção. As cinzas resultantes enriqueciam o solo com fósforo e outros minerais, além de elevar seu pH, tornando-o menos ácido e mais adequado às culturas comumente praticadas. Contudo, boa parte da matéria orgânica disponível no solo se exauria com a combustão e o cultivo, necessitando para a sua recomposição de que não fosse seguidamente cultivada por mais de três safras antes de um intervalo de alguns anos. Nisso consistia o *pousio*, o descanso da terra. A eficácia deste sistema está diretamente relacionada à disponibilidade de terras e o acesso irrestrito a esse recurso. Sem caso contrário este sistema se torna pouco produtivo e ambientalmente degradante (LIMA NETO, 2007).

> O povo só prestava pra estruir mato, era onde tocar de sorte. Só estruia mato. Fazia pena os mato que esse povo estruiam. Tacava o ferro ai dento da mata. Deles tratava, deles num tratavam meu fi, estruia a terrona tão boa chega era fofa, deles **plantava as roçona, deles num plantava não**. Mas era aonde quisesse (Constantina Ferreira de Assis, São Manoel).

> Uma vez o pai botou 42 linha de roça, logo lá em casa naquele tempo era muita gente, o povo vinha e se arranchava lá […]. Rapaz a roça era grande, pegava isso aqui tudo, daquela parte da casa do Jair pra cá assim oh na casa do Jailson, do Gilson, ia até onde era a casa do Seu Flor, tu lembra? onde a Neusa fez aquela casa agora que mora o Nego Vei, lá menino, era aonde ficava o paió, vinha gente de tudo que é canto, passava ali e se admirava daquela casa com arroz. O pai fez a casa naquele lugar bem ali (João Pacífico, São Manoel).

18 Informação encontrada nos relatos de José Soares Sobrinho, Atunino, ao recordar suas conversas som seu pai Antonio Soares Lima, Toeiro.

As famílias de São Manoel viviam do trabalho braçal agrícola em terras que eram tidas como livres e de uso comum dos recursos naturais, como o babaçu, as madeiras, as palhas. As construções de moradias pressupunham o livre acesso de todos que sentiam a necessidade da terra, sem a necessidade de registro da partilha formal de terras em cartórios ou mesmo uma apropriação individual.

Dona Constantina Ferreira de Assis relata o período em que chega no *cento* a respeito das cercas:

> Nesse tempo tinha cerca não, tinha só uns varão, mode os animais, viu? que aqui era matão, o mato era grande, sabe? era mata, ai o povo iam e brocava dento daquela matona, num sabe? ai passava os varão. Agora lá no cento que era o Seu Toeiro lá num tinha varão não, era mermo as roças no limpo. Os varão que eu digo coisa uma forquilha, ai estica assim de um lado e outro que é pra defender dos animais, bota as estaca e entrança assim, pra livrar dos animais (Constantina Ferreira de Assis, São Manoel).

As famílias não se preocuparam em pagar pelo uso da terra, faziam suas roças onde achavam melhor e do tamanho que queriam ou podiam, de acordo com suas disponibilidades de mão de obra familiar. Os tamanhos das roças também variavam de acordo com a necessidade de cada família. A produção resultante do trabalho de roça era destinada ao sustento do próprio grupo familiar.

Entre o final da década de 1950 e meados de 1960, percebe-se também um aumento significativo na produção de arroz no médio Mearim, o crescente de cultivo, por sua vez, encontra uma crescente demanda tanto para consumo local, como para exportação para outros estados brasileiros.

Já nos primeiros anos de povoamento, a agricultura e o extrativismo realizado forneciam tanto alimentação, como também eram trocados ou comercializados, como forma de fortalecer a economia dos grupos familiares. O pequeno povoado ganha expressividade na produção gerando excedentes, possibilitando, gradativamente, o escoamento da produção agrícola como arroz, milho, algodão, feijão, farinha e outros. Simultaneamente o uso das tropas de burro se torna um oficio frequente, por este meio os moradores se organizavam para transportar suas produções para vender ou trocar nas cidades mais próximas, geralmente em Pedreiras, Bacabal ou Ipixuna (São Luiz Gonzaga do Maranhão), como a firma o trecho a seguir:

> […] nesse tempo a tangida do finado Zé Brasilino era pra Pedera (*Cidade de Pedreiras*) e esse povo dali a tangida deles era pro Bacabal. Zé Brasilino, Bastião Henrique, finado Mundim, Andésso do São João da Mata tudo era pra Pedera, as tropa. Daqui pra Bacabal, era lá dos Bernaldo, do Adilino Barbosa, do Cento do Aguiar (Constantina Ferreira de Assis, São Manoel – grifo meu).

O tropeiro era o ofício de guiar animais de carga, geralmente muares (mulas, burro). O senhor José Brasilino, tropeiro conhecido na região, esteve entre os primeiros daquele lugar a se ocupar diretamente desta função. Ele transportava tanto a própria produção quanto à produção de outras pessoas que não tinha animais, e que no entanto precisavam dos serviços para escoar os produtos agrícolas.

A chegada dos grupos de famílias fez com que aumentasse rapidamente as atividades agrícolas da época. As roças eram grandes variando na média de 8 a 12 linhas (1760 a 2640 m^2), havendo casos de até 18 linhas (3960 m^2), 20 linhas (4400 m^2) e 42 linhas (9240 m^2) de roça, como descreveu anteriormente o senhor João Pacífico a roça de seu pai. Deste modo a produção agrícola também ganhava números expressivos.

Neste cenário surge outra dinâmica, apresentando novas características no transporte, na economia, no comércio, apliando relações sociais e a dinâmica entre campo e cidade. O senhor Antonio Soares Lima (conhecido como Toero) tinha uma tropa de burro, enquanto o senhor Sebastião Henrique tinha duas. Cada tropa tinha um número de cinco animais, quatro animais para carga e um para carregar o tropeiro. Em casos quando outras pessoas tinham apenas um ou dois animais, mas precisava de uma tropa completa, pedia emprestados animais de outras famílias para realizar o trabalho, do mesmo modo deixava seus animais à disposição quando outra pessoa estivesse precisando, sendo também uma forma de troca de favores e cooperação.

Com isso, alguns homens, ainda que não tivessem animais, trabalhavam como tropeiro para quem tinha mais de uma tropa, pois a necessidade por esses serviços era frequente, se tornando uma atividade bem mais comum no período de colheita. Os trabalhadores faziam o percurso da roça para casa levando a produção agrícola - arroz, feijão, mandioca, macaxeira, milho, algodão, os principais, mas outros tantos também. A comercialização desses produtos, geralmente levados para a cidade, eram realizadas em cargas de animais domesticados.

No *cento* o movimento de tropeiros, além da produção, carregava também sons e formas peculiares, conforme relata o seu Vicente e Dona Constantina em conversa:

> Ah, menino, era animado assim mermo com toda tristeza, só se escutava a zoada, […] tinha a câipinha, o burro da frente tinha a câipinha, era um chucainho desse tamanho assim. É direitim um sino, a câipa. Ela indo como daqui no Duda as vez tano em silêncio você escutava a pancada dela (Vicente Ermino Martins, São Manoel).

> Naquela burra da frente ainda botava mais umas capela assim, que a burra só espiava pra adiante, pra num espiar de lado. E a frenteira se ela passasse o dia bem aqui, ela quem governava os de traz, era, ela quem governava (Constantina Ferreira de Assis, São Manoel).

> Tinha tropeiro malvado, que era bebedor, festeiro, as vez chegava numa festa e os burro carregado, ai ele desapiava, amarrava o burro dele aqui e aquela burra frenteira ela ficava fazendo roda e todo tempo os outros burro acompanhando, se saísse um, ia tudo (Vicente Ermino Martins, São Manoel).

O percurso feito pelos animais domesticados das tropas de burro também era um itinerário de comunicação, cada tropeiro conduzia seus animais e a *"câipa"* transmitia o anuncio de sua passagem em cada *cento*, além dos sons que o próprio tropeiro fazia na condução dos animais de carga.

Os tropeiros já assumiam algumas técnicas para cuidar de suas mulas da tropa, facilitando o andamento da atividade, haja vista a experiências deles (tropeiro) que estes animais são mais resistentes que os cavalos, porém menos dócil. Maiores cuidados eram tidos principalmente com a *"burra frenteira"* aqui designada como o animal que liderava a tropa durante as viagens.

Nesta ocasião as famílias se utilizavam da viagem até a cidade para comprar outras mercadorias, em razão do comércio existente no povoado ainda ser pequeno e não oferecer o suficiente para suprir as necessidades. José Brasilino também tinha um comércio nos anos de 1950 em São Manoel, mas dispunha apenas de alguns poucos materiais, sobretudo para uso na cozinha.

Além de produção os tropeiros também transportavam pessoas da cidade para o interior do município e vice verse, conforme destaca Dona Constantina, Tutu ao recordar o percurso da viagem ao sair do estado do Ceará e chegar na cidade de Pedreiras/MA, destaca:

> Viemos até Pederas (*Pedreiras*), de Pedera pra cá eu adoeci no caminho, eu vim enrriba quase encostano no céu, enrriba de uma carga, uma carga dum tropeiro que tava esperando nós lá, na Pedera. Doente, a febre me pegou no caminho. Era eu e uma comade minha, uma prima comade, ela com os meninozin, também a cavalo enrriba de uma carga. O homem era muito bom que era o finado Zé Brasilino. Veio deixar nós bem aqui. Nesse tempo os tropeiro fazia muda, quando eles chegava lá eles trazia (Constantina Ferreira de Assis, São Manoel, grifos meus).

As tropas se tornaram o meio de transporte mais comum naquela circunstância. É importante citar que por vezes foram lembrados nas conversas com os interlocutores deste trabalho os *cavalos de cela,* os quais eram os cavalos utilizados unicamente para transporte de pessoas, por apresentar características como velocidade e resistência, *"andar muita terra em pouco tempo"*. A presença desses meios facilitava o acesso à cidade estimulando a comercialização do excedente agrícola produzido no *cento* com a força de mão de obra dos grupos familiares atraídos pelo acesso as terras livres de potencial para a produção.

Entre os anos de 1950 e 1960, de modo geral as famílias produziam seus próprios alimentos e criavam pequenos animais. Entretanto a maior parcela da renda também era atribuída à venda do algodão cultivado. Os irmãos cearenses se complementam ao apresentar o cultivo nos primeiros anos do povoamento:

> Tinha algodão, nessas capoeira praculá. Ali adiante da casa do Mamede. […] Eu ainda apanhei algodão aqui. Ali era alvim... alvim, alvim, alvim, essas capoeira prali, ainda apanhei algodão […]. O pranti era por carreira (*fileiras*), a gente pegava assim, o eitão (*sequência da fileiras*), até fora. […] a gente apanhava no quilo e vendia no quitandeiro no quilo (Constantina Ferreira de Assis, São Manoel).

> Você compreende plantar de batalha[19]? pois o algodão era plantado de batalha também, quinem o mermo planti de arroz, só que era espaçoso (Vicente Ermino Martins, São Manoel).

Entre seus pertences os quais guardava com muito ciúmes e esmero, Ana Vieira Lima, me mostrou em uma conversa um fuso. Fuso é um instrumento de fiar, roliço e pontiagudo, em que se enrola o fio de algodão torcido à mão, até formar novelo. Ela ganhou este instrumento ainda em sua mocidade. Era uma ferramenta de trabalho comum à época e a faz lembrar de parte de sua vida onde se dedicou ao cultivo do algodão e

19 Plantar de batalha é uma forma de plantio direto no solo ou na palhada, em espaçamento aleatório, geralmente consorciado com outras cultivares.

ajudou a movimentar a economia da época. Na roça ela cultivava, em casa ela fiava cantando. Parte do que produzia era levado em tropas de burro por seu esposo para o comercio na cidade. De lá todo o volume era transportado para as capitais brasileiras para as grandes usinas de beneficiamento e transformado em tecidos.

Ao mesmo tempo houve a valorização da exploração comercial da amêndoa de babaçu na região do Mearim, o surgimento de uma pecuária bovina de maior expressividade e as primeiras ações de expropriação das terras camponesas. Estas últimas davam-se, seja por meio da compra de benfeitorias de alguma família, seja pela grilagem de terras. (LIMA NETO, 2007)

O extrativismo do babaçu, particularmente, deu a essas regiões uma dinâmica muito diferente, peculiar. No Mearim, ele foi explorado como um valor de uso até a década de 1960. Daí por diante, na medida em que adquiria um expressivo valor de mercado, passou também a ser tratado como valor (moeda) de troca. Enquanto valor de uso, com suas palhas e talos, cobria-se casas, levantavam-se paredes, assim como se confeccionavam artesanatos e utensílios domésticos, tais como, abanos, esteiras, que serviam como portas, janelas, algumas vezes de mesa, e os chamados pacarás ou cofos, paneiros, recipientes onde se transportavam e armazenavam uma série de produtos, inclusive alimentos (LIMA NETO, 2007).

O extrativismo do babaçu já fazia parte do cotidiano daquelas famílias, Dona Constantina descreve:

> Vivia. Vivia do coco *(babaçu)* o povo. Nesse tempo ia gente pra mata, era homens e muié. Ia de dez criatura, era! hoje o povo faz reunião é na igreja pra conversar, de primeiro eles fazia a reunião era de noite, as muié e os home pra se combinar pra ir o bandão pro mato. No outro dia, eita meu fi, ia o bandão de muié adiante e os home mais atraz, desciam bem aculá. Qual canto nós vamo sinhá? Num sei sinhá, vamo pra tal canto sinhá. Mas tinha coco muito, tinha coco, eita fazia gosto os coco, coco bom de caroço (Constantina Ferreira de Assis, São Manoel).

O presente relato descreve um diferencial na atividade do extrativismo, destaca o babaçu como um elemento fundamental no exercício da sobrevivência as lutas cotidianas, reconhecendo-o não apenas no que se refere como importante recurso em seu potencial como fonte de renda na retirada da amêndoa, mas reúne um debate socioeconômico,

incluindo questões de gênero. Dona Constantina menciona sobre a participação em conjunto de homens e mulheres na mesma atividade do extrativismo.

É válido ressaltar que neste depoimento, Dona Constantina destaca que o exercício dessa atividade provocou mudanças na forma de organizarem-se socialmente no trabalho desempenhado. Passaram a se organizar coletivamente em grupos (mulheres e homens) para escolha do local onde seria realizada a coleta e quebra do coco babaçu, horário de saída para as *"matas"* que deram lugar às *soltas* de hoje, onde iriam se encontrar para saírem todos juntos para a área escolhida. Esse contexto caracterizou uma maneira de mobilização, estimulando a valorização de novas formas de trabalho e um compromisso ambiental e social.

Até meados de 1950, o extrativismo era tido apenas para uso doméstico, nesse momento o babaçu passou a ter preço e ser explorado nos comércios instalados nos *cento*, transformando-se também em uma moeda que se trocava diretamente pelas mercadorias fornecidas nestes estabelecimentos - sal, querosene, sabão, açúcar e outros que fossem necessários. A atrativa quebra do babaçu para além do uso doméstico tornou o extrativismo tão essencial para a manutenção das famílias quanto a agricultura (LIMA NETO, 2007).

III - MEMORIAS, RELATOS E RETRATOS DO TEMPO DA GREVE NA DISPUTAS POR BABAÇU, TERRA E NARRATIVAS

Os antigos caminhos para as terras livres foram, pouco a pouco, fechados e a terra passando a ser aprisionada:

> "… a ocupação das terras disponíveis seria apresentada como uma "válvula" de escape para as questões e embates em torno da posse e propriedade da terra – grilagem, usucapião – em outras regiões do próprio Estado do Maranhão. Para as terras disponíveis seriam canalizadas as populações camponesas das áreas conflitivas, tanto daquelas regiões ocupadas nos anos 1950/60 (Mearim, Pindaré), que estão sendo sacudidas no último decênio por um luta sem trégua entre os pecuaristas, que adquirem terras dos *grileiros*, responsáveis por operações fraudulentas envolvendo cartórios e escrituras, visando apossarem-se das terras cultivadas pelos camponeses, para fins de especulação e comércio de terras, e os camponeses, produtores diretos, que conquistaram estas matas, cultivando *roçados* de arroz, mandioca e milho, há dezenas de anos… (ALMEIDA & MOURÃO, 2017, pg 80).

> "… esta tendência se manifesta pela intensificação dos conflitos "*roça* x gado" – com reses destruindo as áreas cultivadas e com plantio de mandioca, arroz - que assumem características especificas na região de latifúndios em transição, sendo classificados ora como "matança de reses ora como ação de "ladrões de gado". Embora tais conflitos sempre tenham sido frequentes, como decorrência da oposição entre a pecuária extensiva do proprietário (e da pequena criação do camponês, que também dispensa a utilização de cercas) e a cultura camponesa feita em parcelas de terra cercadas (*roças*), eles expressam, antes da situação de transição, as contradições inerentes ao próprio equilíbrio do modelo de *latifúndio*. A estas contradições, somam-se agora a pressão das medidas visando dificultar o acesso camponês à terra, a expansão da pecuária significando a eliminação de fato do direito de cultivo. Assim os conflitos "roça x gado" vem assumindo nestas regiões um caráter cada vez mais radical (com casos de violência física cada vez mais frequentes), revelando um tipo de resistência camponesa à expropriação de suas condições materiais de existência" (ALMEIDA & MOURÃO, 2017, pg 106-107).

> O início da década de 1960 foi um período tenso, cheio de inquietações e de reivindicações por parte dos trabalhadores rurais. As lutas camponesas se manifestaram em diferentes partes do país. Desde 1955, com as Ligas Camponesas e o embrião da sindicalização rural, aliado à atuação da igreja católica e do Partido Comunista Brasileiro, começaram a definir-se mais claramente as formas de organização e de pressão do campesinato brasileiro [...]. O golpe militar de 1964 objetivava, entre outros pontos, desarticular a luta dos trabalhadores rurais, assim, em 30 de novembro, foi promulgada a Lei nº 4 504: o Estatuto da Terra. Esse era um instrumento capaz de acalmar os camponeses impacientes e de tranquilizar os proprietários temerosos (JAHNEL, 1987, pag. 111).

No correr da década de 1960, as terras livres, já cultivadas e trabalhadas, passam ao interesse de mercado, que motiva processos de grilagem de terras. Este processo visa

a incorporação da ter apropriação privada, com o cercamento dos recursos abertos e públicos, numa conjuntura de reestruturação formal do comércio de terras, tal como preconizada pela Lei de Terras Sarney, de 1969, que intensifica os circuitos de compra e venda de terras. Cercar significa, nesta situação, isolar, privatizar áreas de uso público e disponibiliza-las às transações mercantis (ALMEIDA & MOURÃO, 2017). A Lei Sarney definia o Maranhão como fronteira agrícola e instituiu o valor formal da terra sem quaisquer menções às formas de uso da terra pela diversidade de configurações camponesas.

> Para o camponês, a terra é antes de tudo um meio de produção do qual ele se apropria pela mediação do trabalho familiar. O sistema camponês comporta diversas combinações dos direitos de apropriação da terra segundo a forma de trabalho (pelas famílias individualmente ou pelas formas específicas da cultura camponesa) e as atividades produtivas (agricultura, criação, coleta), prescindindo, como na primeira etapa da frente agrícola, da formalização jurídica que, para a sociedade global, é a maneira de garantir os direitos individuais sobre a terra. Noutras palavras, a terra não é pensada como mercadoria, entidade que se absolutiza face às regras jurídicas e de mercado, mas como um bem natural que só tem significado econômico quando articulado ao trabalho familiar, criando as condições da reprodução da unidade econômica camponesa (ou seja, a sua produção que, vendida ou consumida diretamente, sustenta a família) (ALMEIDA & MOURÃO, 2017, pg 109-110).

Fernandes (2001) adverte que desde a década de 70 campo brasileiro passa por profunda transformação, são mudanças resultantes do modelo de implantação econômica da agropecuária pelos governos militares e pelas ações dos principais protagonistas da luta contra este modelo.

Para essas mudanças Almeida & Mourão (2017) separam em dois momentos. Primeiro as frentes com latifúndio antigo, que passavam por processos de decadência. Segundo as frentes de expansão novas, que são áreas na condição de terras livres que foram apropriadas por camponeses.

O Médio Mearim, no estado do Maranhão, não estar alheio a esta conjuntura de reestruturação formal mercantil de terras, embora muitas cidades e povoados sejam resultados dos deslocamentos populacionais de outros estados nordestinos, com produção de práticas culturais que possibilitaram vivências de novas experiências. Ao longo dos anos, a localidade se estabelece como lugar conflituoso, colocando em evidência a disputa pelo babaçu e pela terra como elemento de sobrevivência.

Os recursos antes livres, agora requer "pagamento pelo uso da terra que era estabelecido em volume de produção, que deveria ser pago logo após a colheita. Caso a produção colhida não fosse suficiente para realizar o pagamento, o mesmo devia ser convertido para moeda corrente" (FIGUEIREDO, 2005, pag 60).

Em São Manoel, no Lago do Junco, a terra e as palmeiras de coco babaçu (*Orbignya phalerata)* que até meados de 60 eram de uso comum e utilizadas principalmente ao uso doméstico, passaram a ser de utilidade privada ao domínio do latifúndio. Quando o declínio na produtividade dos cultivos das roças familiares ou no volume de produção se impõe e começa a ser sentido pelas famílias, a coleta e a quebra do coco babaçu ganha força na manutenção dos núcleos familiares. Todavia, as famílias de agricultores familiares que viviam nessas localidades eram expulsas[20] por grileiros que praticavam a derrubada da floresta de babaçu e o plantio de capim para sustentar a pecuária, sobretudo a criação extensiva de bovinos.

Na década de 1960, o contexto socioeconômico assumiu aspectos que não eram esperados pelos moradores. A pecuária começou a ampliar suas fronteiras, grandes áreas de babaçu foram derrubadas para plantio de capim. As roças, que antes eram aberta segundo as combinações entre famílias agora só são permitidas com a autorização do fazendeiro que se apossou das terras, e este só permitia a implantação de plantios se o trabalhador também passasse a semear capim. A diminuição das áreas para roçado acarreta modificações no uso da terra, e o período de pousio da terra não é mais respeitado. A nova prática indicava que o capim deveria ser plantado assim que o arroz fosse colhido e as terras cada vez mais vão ficando mais reduzidas para os cultivos de alimentos das famílias (FIGUEIREDO, 2005).

O babaçu e terra viraram elementos de disputa. De um lado, as comunidades extrativistas que sobreviviam dos plantios baseados na agricultura familiar, do outro o fazendeiro, que explorava a mão de obra desses trabalhadores e privatizava os meios de sobrevivência no campo. As mulheres foram as primeiras a se articularem coletivamente para garantir o livre acesso e a preservação dos babaçuais. Passaram a coletar e extrair os frutos do babaçu em regime de mutirão, enfrentavam os derrubadores de palmeiras por

20 Podemos demarcar, a nível de estado, a continuidade do fluxo de deslocamento populacional nordestino, que se dá também pela terra que se torna novamente um bem escasso, podendo ser uma das causas da saída de muitos camponeses maranhenses, juntando-se ao fluxo de deslocamento de povos nordestinos em direção à Amazônia.

meio da ocupação, ainda que fossem vítimas das mais diversas formas de violência causadas tanto pelo fazendeiro quanto por seus vaqueiros.

Em São Manoel foi em disputa do babaçu que iniciou os maiores conflitos agrários da década de 1980, como podemos notar as histórias contadas e recontados pelas lideranças locais. José Soares Sobrinho[21], no entanto mais conhecido como Antonino ou simplesmente Tunino, reconhecido pelo valor que entrega as histórias da comunidade e apresso ao coletivo, por ele contadas em compassos e muitas delas são sempre contadas com olhos marejados. Em sua sala, em meio ao calor do período de estiagem, contou:

> O conflito todo veio do babaçu, em 85, 7 de outubro de 85. Foi a primeira quebra de coco, aí veio uma intimação nossa para o dia 9 de outubro de 85, aí vem 86 nós quebramos de novo, em janeiro de 86, aí vem as intimações de novo e nós levamos os mutirão (José Soares Sobrinho, Antonino, comunidade São Manoel).

Adolfo Temme, sacerdote alemão que chegou ao Brasil na década de 60 e desenvolveu trabalhos de evangelização pela paroquia de Lago da Pedra a partir da década de 1980, reafirma:

> No mês de outubro de 85 foi a primeira ação da Comunidade quebrando coco babaçu que estava privado. [...] 86 Fizeram outro mutirão na mesma finalidade. O pretenso dono reagiu. Foram intimados quatro pessoas na delegacia dia 22 de Março, Só que os quatro foram acompanhados por 84 e o delegado usou de bom senso mandou todos embora (Frei Adolfo Temme).

> A luta pela libertação do babaçu aqui em São Manoel, deu-se início em 85 com a quebra dos cocos do Raimundo Simeão, 7 de outubro de 1985. Com isso era pra ter audiência dia 9 de outubro de 1985 com 3 intimados para prestar depoimentos sobre a quebra dos cocos. Os intimados era o cumpade Antonino, o Milton Vieira daqui também e o Seu Flor (*Florindo Pereira Matos*), Pai da Curta do Centrinho do Acrisio. Teve ainda uma 2ª quebra de coco e dessa vez com a queima do barraco, que era onde guardava algumas coisas de trabalho como cela, cangaia. Isso foi em 26 de fevereiro de 1986 e recebemos intimação para 4 companheiros prestarem esclarecimentos na delegacia de Lago dos Rodrigues para dia 22 de março de 1986. Nesse dia os intimados era o Abimael daqui de São Manoel, Milton e o cumpade Antonino de novo e Chiquin (*Francisco Vieira Lima– São Manoel*). Esse dia compareceram mais de 80 nomes lideranças nesta audiência e assim o delegado não identificou os intimados (Raimundo Ermino Neto, comunidade São Manoel – grifos meus).

21Descendente do núcleo familiar Soares que veio do Ceará e construiu morada em São Manoel na década de 1950

As famílias de São Manoel, na época, sobreviviam em grande maioria da agricultura e do extrativismo do babaçu. Com as terras cercadas, teriam que "roubar" o coco do latifúndio, pois já não podiam mais extrair o sustento das terras que outrora eram livres. A promulgação da Lei Estadual n 2.979/69 ou Lei Sarney de terras, como ficou conhecida, facilitou que os processos de grilagem de terras se tornassem propriedade privada legalizada pelo governo. Em decorrência da negação ao acesso ao babaçu e a terra, a fome se alastrava nas famílias em São Manoel.

Por isso, os homens e mulheres trabalhavam em roças de famílias de outras comunidades para produzir alimentos de metade, ou seja, o que se produzia era dividido ao meio entre as famílias que trabalharam na roça, sobretudo o arroz e o feijão, isso porque a terra já não era mais de uso comum em São Manoel, a terra estava restrita ao benefício do fazendeiro. Na comunidade a união também era simbolizada na partilha de alimento entre as famílias hostilizadas.

Maria das Dores Vieira Lima, a Dôra, em outro momento me descreve emocionada sobre o contexto da década de 1980 em sua perspectiva de quebradeira de coco babaçu:

> Até aí a gente vivia ainda era satisfeito, achando que tava tudo legal, roubando o coco como eles diziam, juntando o coco em uma solta e quebrando em outra, mas nós achava que aquilo tava normal porque eles tinha o direito. Mas quando foi ver que não dava mais para ficar da forma como eles queriam, eles estavam juntando todo coco e a gente estava ficando sem nada. Aí a gente tinha que quebrar de meia, aí as vezes eles compraram essa meia e às vezes nem queria comprar e era por um preço muito pequeno, que foi o tempo que chegou quebrar 10 kg de coco pra comprar 1 kg de arroz, quebrar 8 kg de coco pra comprar um pacote de café. Foi aí que nego decidiu, agora ou luta ou morre, porque de fome já tava quase morto, né? Quantas vezes essas pessoas aqui? toda elas tinha muitos filhos, raramente uma tinha 6 filhos, era 8 era 10. Quebrava o dia todinho, vendia a tarde e comprava 1 kg de arroz, você dava para os filhos ele ficava olhando porque não podia comer, era pouco. Às vezes a gente não gosta nem de falar, por quê quando conta é um filme, mas quantas famílias aqui num passou por isso? e as famílias de antes todas eram grandes. E antes não era só mulher que quebrava coco não, era a mulher, o marido e os filhos tudo com 8 anos, mas já fazia essa mesma atividade. Aí quando a pessoa passa o dia todo quebrando coco e não dava 10 kg de coco para comprar um de arroz? Foi ai que disse: vamos lutar num é só pelo coco não, vamos lutar pela terra. E essas mulheres de novo enfrentava tudo isso, os homens estavam junto também, mas na hora dos pistoleiro, dos policiais, os homens corriam

> pro mato e as mulheres ficavam sendo humilhadas, diziam que elas não valia nada e que tinha uns cachorro, e cadê os cachorros de cada uma delas [...] (Maria das Dores Vieira Lima/Dôra, Comunidade São Manoel, Lago do Junco apud SILVA, 2020).

Frente as condições impostas pelos processos de cercamento das terras e do babaçu, impedindo acesso dos trabalhadores a esses recursos naturais essenciais aos modos de trabalho, de produção de alimentos, práticas culturais, história e reprodução social, a comunidade começa a reagir coletivamente, muitas vezes em regime de mutirão para fazer frente de resistência aos modos de dominação do latifúndio, seja por meio da quebra do coco preso, ou juntando coco do babaçual que estava cercado, ou ainda rompendo as cercas das terras que hora se tornou latifúndio.

Com isso a luta que começou pelo babaçu, *quebrando o coco preso*, a luta se tornou judicial quando Adelino Pereira Lima[22], Adelino Barbosa (popularmente conhecido) registrou duas ocorrências de invasão de propriedade e destruição de patrimônio. O que começou com o babaçu, ganhou dimensão mais profunda quando os trabalhadores decidiram lutar também pela permanência na terra, lutar pela terra também era lutar pela sobrevivência.

Antes dos enfrentamentos pela terra, em março de 1986, moradores de São Manoel reuniram-se na igreja com lideranças de trabalhadores do Centrinho do Acrísio, Ludovico, Morada Nova e Pau Santo. O encontro foi planejado para compartilhar experiências e elaborar estratégias de luta sem perder de vista a confiança, fidelidade e união que tinham entre os próprios trabalhadores. Vale lembrar que a última comunidade citada iniciou o conflito em 1985, e em 23 de novembro assassinaram Manoel Monteiro[23].

Toda essa articulação dos trabalhadores ocorria fora do conhecimento do fazendeiro Adelino Barbosa. Insubordinados, articulavam-se sutilmente. Da comunidade

22 Se apropriou das terras por meio da grilagem, tomando posso nas comunidades Aguiar e São Manoel até se tornar conhecido fazendeiro da região. Tinha família em São Manoel, Aguiar e Lago do Junco. Na época do conflito seu irmão Manoel Barbosa era o inspetor de justiça e por qualquer motivação ele dava ordem de prisão as pessoas que lutavam pelas terras nas comunidades.

23 Senhor de 76 anos de idade, pertencente a comunidade Pau Santo – Lago do Junco. Foi alvejado na porta de casa pelo pelotão da polícia quando invadiram as terras da comunidade. Alvo de cinco tiros no corpo, dezenas nas paredes de casa.

Pau Santo, estavam presentes os Lavradores Antônio Batista, José Cândido, Milton Monteiro, Antônio Raimundo e outros trabalhadores e simpatizantes da causa.

A igreja realizava suas desobrigas normalmente nas comunidades da Paróquia São José de Lago da Pedra, inclusive em São Manoel. Certa vez, pós a solenidade da missa, dentro da sacristia da capela da comunidade, José Soares e Vicente Ermino conversam com Frei Adolfo sobre o que estavam pesando sobre a reocupação das terras. Inicialmente seria a terra de José Nogueira que iria ser ocupado, devido ter o poder econômico bem menor que Adelino Barbosa, consideravam que a ocupação da terra aconteceria em conflitos menos violentos e em menor espaço de tempo. Porem a conversa com o padre alerta que essa propriedade era pequena para a quantidade de famílias e ainda assim continuariam a mercê do latifúndio na comunidade.

Os moradores de São Manoel buscaram inspiração na igreja católica:

IMAGEM 2: Francisco Amaro da Silva (Chico Amaro) – Arquivo de Frei Adolfo Temme

> [...] me perguntaram se não existia um santo chamado São Manoel. Eu só podia dizer que ia pesquisar e grande foi a minha alegria quando achei na legenda Áurea a vida do Mártir São Manoel da Pérsia que foi enviado naquele tempo como um Embaixador para evitar o conflito armado. A estátua foi encomendada em São Paulo e para chegar no lugar do padroado foi carregado em dias de chuva sobre os ombros dos homens que atravessavam Igarapés com água no peito. Na história do Santo podemos perceber como o santo se envolveu com a história do seu povo (Frei Adolfo Temme).
>
> O povoado de São Manoel não conhecia o santo do seu nome, só conhecia a árvore deste nome difundida na região. Com a terra conquistada buscaram sua identidade e descobriram a vida e a data do Santo Mártir [...]. Quando a história foi apresentada na missa do santo a surpresa foi grande, pois os novos devotos descobriram algumas semelhanças com a história do lugar. O povoado de São Manoel tinha sido terra de posseiros, Terra que foi tomada por um fazendeiro. Por muito tempo procuraram conviver com ele pagando renda até que o círculo se estreitou. Tudo virou solta para o gado. Em 1986 mandaram o Chico Amaro para negociar um acordo, o povo estava precisando de terra para plantar um feijão, a resposta foi essa: a terra só dá para meu gado! "São Manoel o Mártir foi negociar a paz", Chico Amaro falou: você tem gado para dar capim e nós temos filho para dar o pão. Com o acordo negado o povo resolveu lutar pela reforma agrária. O negociador da Paz foi desrespeitado. A luta custou muito mas a vitória chegou. Fazendeiro se arrependeu de ter afrontado o Galileu (Frei Adolfo Temme).

José Soares Sobrinho, descreve:

> 11 de abril de 1986 foi quando entramos na terra, derrubando cerca, cortando mato, fazendo leira. Bem pelo dia 7 ou dia 8 nós tinha mandado pedir a terra pelo finado Chico Amaro e Chico Buraco, foi eles dois, isso para nós plantar mandioca, feijão. Lá ele (*o fazendeiro Adelino Barbosa*) disse que não tinha terra para ninguém trabalhar não, Terra era só para criar o gado dele. Mas isso era só uma preparação, dia 11 nós entramos (José Soares Sobrinho, Antonino, comunidade São Manoel – grifos meus).

Era 11 de abril de 1986 quando iniciou em ações de enfrentamento entre trabalhadores e fazendeiro, algumas famílias abandonaram suas propriedades para morar em outras localidades onde não havia a imposição do latifúndio. A mesma cerca que limitava sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras que lutavam era a mesma que fortalecia o poder do fazendeiro. Alguns jovens, pela situação de conflito, sentiam-se ameaçados e abandonavam o local para trabalhar nas grandes cidades e/ou em outros estados.

Na tentativa de intimidar/coibir os trabalhadores a audiência em Lago dos Rodrigues, no dia 29 de abril de 1986, sentenciou que os revoltosos refizessem a casa, a cerca de arame e de maneira alguma entrassem mais na propriedade de Adelino Babosa. Com tudo a luta continuava, ainda que contrariasse a lei estabelecida.

Raimundo Ermino, relata:

> No início da luta pela terra, a comunidade enviou 2 companheiros ao Adelino Barbosa, levando uma solicitação pedindo um terreno de fazer roça na propriedade. Foi negado, né? O Adelino disse não pro Chico Amaro e pro Chico Buraco (*Francisco Amaro da Silva e Francisco da Conceição, respectivamente*). Dia 11 de abril de 1986 nós da comunidade São Manoel resolve fazer a 1ª ação dentro da área. Foi feito um preparo de uma área pra plantio de feijão, banana e cana de açúcar. Por causa disso, sete companheiros foram intimados para prestar depoimentos na delegacia de Lago dos Rodrigues dia 29 de abril de 1986. Era eu, o Milton Vieira, cumpade Antonino, o Chico Amaro, Antonio Flor, (*Antonio Pereira de Sousa*) do Centrinho do Acrisio, o Antonio Leite (*Antonio Rodrigues Leite*) de lá do Centrinho também e o Manoel Patrício, o Nequinho ali do São Paulo. O encaminhamento desta audiência não foi satisfatório para nós, ficamos de dar um retorno para a UDR até dia 5 de maio de 1986 que a luta estava finalizada. Dia 3 de maio reunimos no STTR de Bacabal um grupo formado por: Francisco Amaro da Silva, eu, Raimundo Ermino Neto, José Soares Sobrinho, Milton Vieira de Sousa, Frei Adolfo, Francisco Sales, Deputado Estadual Haroldo Saboia, Raimundo Furtuoso (presidente do STTR de Bacabal) e Antonio Medeiro (representante da FETAEMA) [...]. Dali saiu um encaminhamento: escrevemos uma carta para a UDR da regional Mearim mandando dizer que a luta pela posse da terra continuava (Raimundo Ermino Neto, comunidade São Manoel – grifos meus).

Frei Adolfo Temme, conta sobre suas vivencias em São Manoel na época inicial do conflito pela terra:

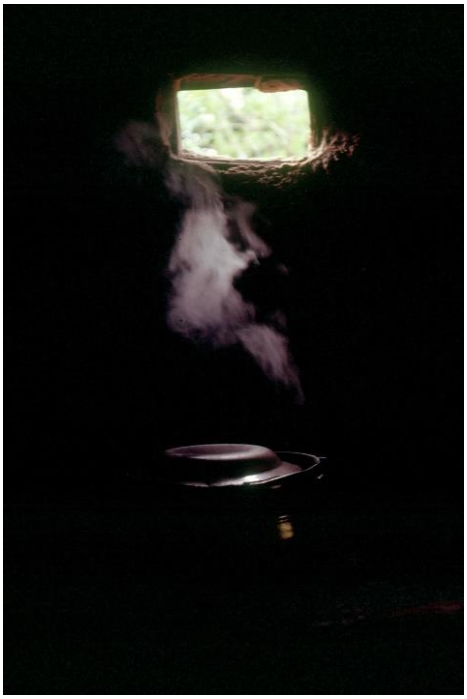


IMAGEM 2: O "Feijão da Briga" – Arquivo de Frei Adolfo Temme

> No mês de abril começou a luta pela terra, resolveram plantar feijão numa terra onde só pisava pata de boi. A saber feijão ligeiro. Uma corrida pelo tempo. Para mim significava quem comer desse feijão será o vencedor. Neste meio tempo a UDR estava se formando em Bacabal, eles juraram aliança ao fazendeiro perseguidor. O barulho dele chegou muito perto. Um mês depois eu tinha uma missa marcada em São Manoel e ao chegar foi servido um jantar tão gostoso, perguntei o que era e a dona da casa falou: é o feijão da briga! Eu só não soltei um foguete porque eu não tinha (Frei Adolfo Temme).
>
> O reforço que veio foi muito forte 18 irmãos da Ordem 3ª Franciscana de Lago dos Rodrigues vinham trazendo um crucifixo enorme que tinha chegado para a matriz e ele não passava pela porta da humilde Capela (*em São Manoel*) por isso a missa foi campal. Com este grupo veio também o artista da Cruz que era o Genival de Pernambuco. O medo foi se embora e o povo chorou, "o Cristo está lutando do nosso lado", disse o povo (Frei Adolfo Temme – grifos meus).

IMAGEM 3: Genival artista de Pernambuco e a Comunidade São Manoel – Arquivo de Frei Adolfo Temme

Recordam as famílias de São Manoel que em 14 de maio de 1986, Manoel Barbosa, Dr. Paulo (Delegado Regional de Bacabal), Luiz Patrício, e um Policial Civil entraram na comunidade. Logo as pessoas que estavam nas proximidades correram protegendo as crianças e avisando os demais. São Manoel ficou visivelmente sem pessoas

e em silêncio. Os forasteiros não avistando ninguém gritam perguntando onde estava o povo. Ao mesmo tempo disparam dois tiros e seguiram adiante em direção ao Centro do Aguiar.

A comunidade Centro do Aguiar neste momento já havia sido invadida pelos jagunços de Adelino Barbosa. Três dias depois, em 17 de maio, mataram Antonio Fontenele para manter a suposta autoridade do latifúndio. Cinco horas da manhã os pistoleiros subiram na casa da vítima, exatamente no quarto onde Antonio dormia. Antônio percebe uma movimentação diferente e na tentativa de escapar correu para a cozinha, onde foi executado ao abrir a porta dos fundos.

IMAGEM 4: Imagem simbólica do assassinato de Antonio Fontenele – Arquivo da Igreja Católica do Centro do Aguiar

Antonio Fontenele pertencia a Comunidade Centro do Aguiar e por ser envolvido com a igreja católica, o fazendeiro acreditava que seria também liderança que estava ajudando as famílias de São Manoel, no conflito pela terra e babaçu. Levantou suspeitas, principalmente por ter frequentado no dia anterior o comercio do professor Francisco Carneiro (Mestre) na comunidade aprisionada. Pessoas externas à comunidade, quando entravam em contato com as famílias de São Manoel, eram considerados suspeitos de articular a luta.

Ainda em 23 de Julho de 1986, a comunidade novamente entrava em alerta. Quatro carros, dois caminhões, uma D20 e um jipe, passavam por Ludovico na direção

de São Manoel, cortando caminhos por dentro das soltas, pois ainda não tinha estradas acessíveis. João Cearense, assim conhecido por todos nas comunidades, era de Ludovico e de bicicleta chegou antes dos carros em São Manoel avisando que a polícia já estava chegando. Era quase meio dia, era hora de almoçar, mas com a notícia as famílias saíram correndo e como podiam levavam as crianças no colo, panelas com comida e cabaças com água.

Quando os policias chegaram falaram com Sr. Isídio Cosmo da Silva e pediram que ele assinasse um documento confirmando que eles estiveram na localidade. A partir de então os moradores passaram a se revezar em grupos para a vigilância e aumentar a segurança.

Dia 04 de agosto de 1986 os policiais invadiram a casa do Sr Riba Cearense em Ludovico, prenderam-no e o colocaram no carro. Sua esposa compulsivamente correndo atrás do veículo conseguiu subir no automóvel. Quando próximo a uma ponte os policiais obrigaram a mulher descer e sem que percebessem Riba pula do carro e corre se escondendo no mato.

Riba Cearense só Chega ao encontro dos demais companheiros no amanhecer do dia 05 de agosto. José Soares segue a pé de São Manoel para Bacabal no intuito informar a Diocese o que havia acontecido e procurar amparo junto a igreja.

Na tarde deste mesmo dia, Frei Klaus chega à comunidade fazendo a primeira visita da Pastoral da Criança e conversa com as famílias sobre questões de saúde. O Frei, quando estava a caminho da comunidade, encontrou um caminhão carregado de madeira e alguns policiais em cima da carga. Esse evento faz com que as comunidades, situadas no percurso até São Manoel, ficassem em alerta outra vez.

Frei Klaus, desacompanhado, chega em sua Toyota na comunidade, mas tendo em vista os recentes acontecimentos e que José Soares já estava em Bacabal em busca de ajuda por haver possibilidade de outras invasões, ele retorna para a Diocese de Bacabal acompanhado por Vitalino Reis (irmão de Diocina) que tinha saído de Ludovico para São Manoel quando viu a movimentação.

Na manhã do dia seguinte, 06 de agosto de 1986, os policiais, com armas na mão seguidos pelo caminhão carregado de madeiras e um cabo de aço a mostra, voltam visando destruir as casas. Os homens, afastaram-se rapidamente, por serem eles os

principais alvos de mira das abordagens dos policiais. Permaneceram em casa as mulheres e as crianças. Não raro, quando no conflito os breves silêncios se convertiam em sons de carros, tiros e gritos de mulheres que se apresentavam na terra em disputa. Suas palavras eram constantes preces pedindo proteção a Deus.

Ao lembrar os acontecimentos daqueles dias, Terezinha Francisca Soares[24] (Tereza) esposa de Antonino, enfatiza que quando os policiais chegavam nas casas das famílias, faziam uma única pergunta às mulheres que estavam com as crianças em suas casas: "cadê os cachorros de vocês?", referindo-se aos maridos que estavam refugiados no mato. E falavam ainda: "joguem suas coisas pra fora que nós vamos derrubar a casa" e continuavam: "ninguém ajuda ninguém, é cinco minutos pra tirar o que tem". Cada família tinha apenas 5 minutos para retirar o que podia de dentro de casa e uma família não podia ajudar a outra. Com a imposição violenta dos policiais às mulheres, poucas coisas foram salvas. O carro de madeira e o cabo de aço levaram ao chão 21 casas.

Nesta ocasião Milton Vieira e Jacó de Jesus saíram em direção a Bacabal para informar que os policiais já estavam demolindo as casas das famílias com um cabo de aço preso a um carro carregado de madeira. Este era o dia em que todas as paróquias da diocese estavam reunidas na sede para organizar o plano regional da Diocese de Bacabal.

24 Descendente da família de Mateus e hoje compõe também a família Soares.

IMAGEM 5: Derrubada das casas, 06 de agosto de 1986 – Arquivo de Frei Adolfo Temme

D. Pascásio Rettler vai a frente e adentra a comunidade hostilizada, sendo acompanhado pelos padres, freiras, missionários, dirigentes de outras comunidades e muitos outros fiéis da igreja e certificam-se do que haviam sido comunicados. Mulheres e crianças em desespero no momento que suas casas eram reduzidas a entulhos e poeiras. Os homens da comunidade estavam distantes, escondidos fora da terra cercada, e só retornaram as proximidades do local de suas casas quando foram avisados que a igreja havia chegado para prestar solidariedade aos atingidos pela ação da polícia.

> A história é longa e no mês de agosto aconteceu a destruição do povoado numa ação policial absurda, todas as casas, inclusive a capela, foram destruídas, mas a diocese assumiu a luta. Don Pascácio celebrou a missa no local com padres e freiras em grande número (Frei Adolfo Temme).

O fazendeiro e o comandante da polícia estavam à sombra de uma mangueira olhando toda a movimentação e orgulhando-se do trabalho feito, acreditando terem afastado totalmente as famílias daquele local. O Bispo vai ao encontro deles, como relataram quem estava em São Manoel naquela data. O sacerdote, líder da igreja, cumprimenta-os e posteriormente ministra uma missa. Logo depois da missa, quando D. Pascásio convida os presentes para rezar um teço, nesse momento o próprio Adelino Barboza ordena que o bispo se retire da localidade. O Bispo saiu com todo seu povo enquanto continuavam a derrubar as casas, cortar o bananal e outras plantas cultivadas pelas famílias. Os animais eram soltos, toda e qualquer obra ou atividade feita pelas famílias eram destruídas.

IMAGEM 6: Celebração da missa polo Bispo em 06 de agosto de 1986 – Arquivo Frei Adolfo Temme

A Igreja Católica do povoado também foi alvo da perversidade do fazendeiro. As famílias de São Manoel assistiram quando amarraram o cabo de aço nas paredes da capela, bem como o feito nas demais casas. Todavia aquela estrutura era mais resistente, o carro forçava e o cabo sempre quebrava. Depois de algumas tentativas sem ser derrubada, cortaram com machado as forquilhas da igreja, uma de cada vez. Um dos homens tirou o crucifixo da parede do altar e colocou no chão, fora da igreja. Novamente amarraram o cabo de aço que arrastou toda a estrutura da primeira igreja da comunidade.

IMAGEM 7: Escombros da capela de São Manoel, 06 de agosto de 1986 – Arquivo de Frei Adolfo Temme

Para os que vivenciaram o dia 06 e 07 de agosto de 1986 em São Manoel, e assistiram cair ao chão o templo religioso, aquele momento não consistia em uma simples queda física da casa tapada de barro e coberta de palha onde era feito as celebrações e rituais católicos. Significava uma tentativa de esfacelamento da fé e da união dos trabalhadores, incidia na desorganização de valores, princípios, identidade e história coletiva.

De todas as estruturas erguidas na comunidade, a escola foi a única que continuou intacta. Com a ação policial que levou ao despejo das famílias que ocupavam tradicionalmente as terras, a escola se tornou a sede do quartel militar na terra cercada.[25]

Frei Adolfo Temme também estava no grupo diocesano que prestou solidariedade às famílias de São Manoel. E sobre as suas memórias de agosto de 1986, registra:

> A região toda assumiu a dor e a luta se reforçou. As famílias sem teto se arranjaram em outras casas e povoados vizinhos, os homens da luta tiveram que dormir no mato por alguns meses porque pistoleiros andavam na

25 Tempos depois, com a reocupação da terra as famílias ergueram novamente suas moradas e em mutirão derrubaram aquela estrutura por não ser mais um símbolo de educação na comunidade.

perseguição e as missas passaram a ser celebradas no quintal de Dona Quitéria (Frei Adolfo Temme).

IMAGEM 8: Registros dos homens da luta de São Manoel refugiados no mato – Arquivos de Frei Adolfo Temme

Quando as ondas ficaram mais tranquilas o povo levantou um grande barracão de taipa como começo do novo São Manoel. A primeira parte do barracão como Capela, a segunda parte como escolinha e a terceira parte como depósito comunitário. Ameaças não faltaram mas o inimigo não teve coragem de fazer nada. Logo em seguida as famílias fizeram novas casas da maneira que dava (Frei Adolfo Temme).

IMAGEM 9: Barracão construído para abrigo quando as casas foram derrubadas– Arquivo de Frei Adolfo Temme

Com as forquilhas da primeira capela de São Manoel, os lutadores pela terra livre prepararam uma pesada cruz que os acompanharam em romarias e peregrinações que faziam por devoção ao mesmo tempo que a levavam como denúncia ao latifúndio. A cruz era um instrumento para contar as histórias e as lutas da comunidade São Manoel

IMAGEM 10: Romaria com a cruz feita com forquilha da capela – Arquivo de frei Adolfo Temme

Nesse período, sob as ameaças grileiro das terras e mesmo com a vigilância de seus capatazes, os trabalhadores resistiam à margem da terra aprisionada. Muitos homens improvisavam trincheiras e revezavam para garantir segurança. Alguns saiam para trabalhar em roças de outras comunidades para conseguir produzir alimentos. Enquanto as mulheres entravam escondidos na terra de pasto e juntavam o coco babaçu. Por vezes os homens entravam e matavam o gado do fazendeiro para levar a carne as famílias sem-terra.

Só no ano seguinte, quando boa parte do batalhão já tinha saído das terras de São Manoel, as famílias puseram-se a trabalhar cada vez mais perto da terra cercada até que de fato romperam a cerca e começaram a erguer novas moradas. Foi então que estas famílias começaram a se organizar reocupando as terras de onde foram expulsos. Antonino, Tereza e os seis filhos do casal foram os primeiros a voltarem pra terra, fazendo dela morada definitiva em 17 de julho de 1987. Conta:

> O povo tava com medo porque ameaça tinha, né? As casa já estavam quase tudo tampada de palha. Ia ter uma missa [...] lá o frei a Adolfo fez uma reflexão que dizia que a colheita tava pronta [...] e no outro dia nós viemos, ai começou entrar gente. Mas esse sofrimento num era de brincadeira não. Isso era ariscar muito, graças a Deus deu certo, mas ninguém sabia se ia da certo, viu? (José Soares sobrinho/Antonino, comunidade São Manoel)

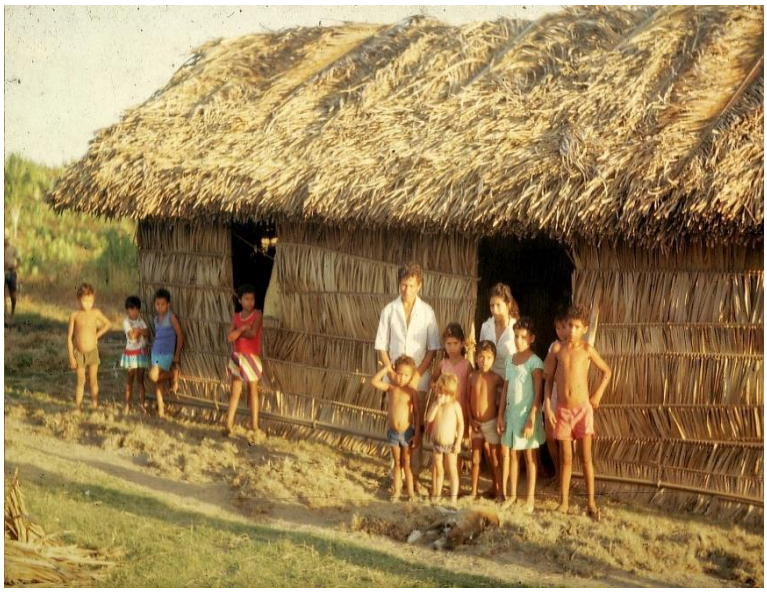


IMAGEM 11: José Soares (Antonino), Terezinha Francisca Soares (Tereza) e seus filhos ao retomarem a terra – Arquivo de Frei Adolfo Temme

Quando os moradores da comunidade São Manoel que tiveram suas casas derrubadas, retornavam no ano seguinte a levantar novas moradas na terra em disputa, tão logo sediou o II Encontro de Lavrador, em setembro de 1987. A escolha do lugar para realização do evento foi uma estratégia em reunir lideranças de vários movimentos sociais e solidarizar-se com outros sujeitos da luta pela reforma agrária no próprio território de conflito. Estavam confiantes porque não entraram em terras alheias, mas nas terras de seus pais e avós.

IMAGEM 12: II Encontro de Lavrador em São Manoel de 03 a 06 de set de 87 - Arquivo de Milton Vieira

Tendo em vista os confrontos pelo acesso ao babaçu e a disputa pela terra os moradores de São Manoel aliados a outras comunidades propuseram disputar também outros espaços. Desta vez na política. Assim escolheram dentre os lavradores uma liderança para disputar nas campanhas eleitorais de 1989 pela municipalidade de Lago do Junco. Com esta iniciativa Milton Vieira ocupou a cadeira de vereador pela primeira vez com o apoio do movimento sindical e camponês.

Já eleito, para receber a posse, em 1º de janeiro de 1990, o vereador já não podia estar na solenidade com suas próprias roupas, para isso, o mesmo movimento que o elegeu, realizou mutirão de quebra de coco babaçu para comprar os indumentários adequados para o início de sua carreira política.

> Rapaz, quando vai se quebrar coco para comprar roupa pra uma pessoa ir para câmara de vereador representar um povo, isso é uma luta grande meu fi, quebra coco era o último cartucho, era quebra coco, ainda mais naquele tempo que coco não valia quase nada. Hoje coco aqui tá um ouro, viu? Mas as comunidades fizeram isso, por que só podia entrar lá de terno [...] e o povo queria ele lá (José Soares Sobrinho, Antonino, comunidade São Manoel).

IMAGEM 13: Diplomação do Vereador Milton Vieira em Lago da Pedra - 12 12 89 - Arquivo de Milton Vieira

IMAGEM 14: Posse dos vereadores em 01 01 90 - Lago dos Rodrigues - MA - Arquivo de Milton Vieira

Os trabalhadores conseguiram ocupar uma vaga na câmara de vereadores do município, mas por causa das ameaças constantes aos trabalhadores que lutavam pela permanência na terra, os lutadores sempre estavam em grupos, inclusive acompanhavam o vereador Milton Vieira em algumas das sessões.

José Soares Sobrinho/Antonino, narra:

Quando terminou a sessão, isso era 1º de agosto, a Iolete pegou a chave do carro e disse: menino, vou embora pra casa porque eu não vou servir de testemunho de ninguém. Isso tava quieto a coisa, viu? Ali tinha uma oficina, entre a Margarida e onde tava acontecendo a sessão da câmara, era ali, bem perto daquela esquina. E Nós ficamos maginando, né? E ela pegou o carro e se mandou. Ai cumpouca, Dona Raimunda do Firmo [...] disse: seu Antonino, Seu Antonino a polícia anda te procurando aí, procurando você, o Milton, o Irineu [...] a veinha só deu tempo sair, e eu tava conversando com a mãe de Dona Margarida, tinha um quartinho assim a parte e eu conversando com ela. Eu já tava dizendo Dona Inocência, até logo Dona Inocência, eu já vou embora. - Seu José, cê já vai? Eles estavam procurando era Antonino, não era José, né? Eu digo já! Ela: pois dê lembrança pra Tereza. Aí eles entraram foram lá no quintal e voltam e eu passei por eles e subi. Eu cheguei onde funcionava a sessão da Câmara, o presidente da Câmara irmão daquele Turia, o Dima. Aí eu disse assim: olha Dima, vou te dizer uma coisa, viu? Tu como presidente da Câmara, tu faz Justiça, viu? Tenta fazer justiça no município! - E o que é, Seu Antonino? – diz que a polícia anda procurando nós aí, e nós não vamos correr daqui não, nós não matamos, não roubamos e nem vamos deixar de andar aqui não. - Não seu Antonino, eu não tô nem sabendo disso. – eu to te dizendo para tu porque tu é o presidente da Câmara. De lá eu subi. Quando eu cheguei com frente lá onde era um galpão, tava o Arnaldo, o Irineu, Milton. O Bizunga já tinha corrido, Bizunga era um rapaz que tinha ido mais nós, mas já tinha corrido. Aí lái vem a polícia. A polícia chegou e deu ordem de prisão para ele, aí ele disse assim: rapaz eu não vou não, o que eu fiz? Eu disse: vai rapaz, né a polícia que tá querendo te levar? Vai! Ver o que é! E a polícia disse: e você vai também! Digo: vou, vou sim! E os dois meninos escapuliram, o Irineu mas o Milton. Aí já tinha levado compadre Raimundo Anjo, compadre Raimundo Anjo e o Amâncio. Quando chegamos lá ele já tava. Moço, aí o negócio troceu, viu? O delegado desapareceu, foi embora lá, viajou e deixou só polícia. Ai tinha alguém na rua e deu notícia pra paroquia, e Dutra vinha de Imperatriz, foi ligeiro Dutra chegou, Dutra, irmã Gorete e finado Frei Estevão. Aí ele chegou falou com o soldado lá. - Cadê o delegado? - tá aqui não.- aqui tem uns rapaz que tão preso? Quero falar com eles. Se identificou que era Domingos Dutra, era advogado. Aí o soldado chegou e disse: aqui tem um advogado que quer ver vocês. – ah, Dutra, então é você? - Rapaz o que você faz aqui? - rapaz nós estamos aqui é preso. - você matou gente? - não! - você roubou? - não! - e o que foi que esse rapaz fez que tão preso aqui desse jeito? [...] Pois diga o delegado que eu vou levar os rapazes e depois eu quero falar com ele. Saímos fora, entramos no carro.

Pesquisador: Quem era o delegado da época?

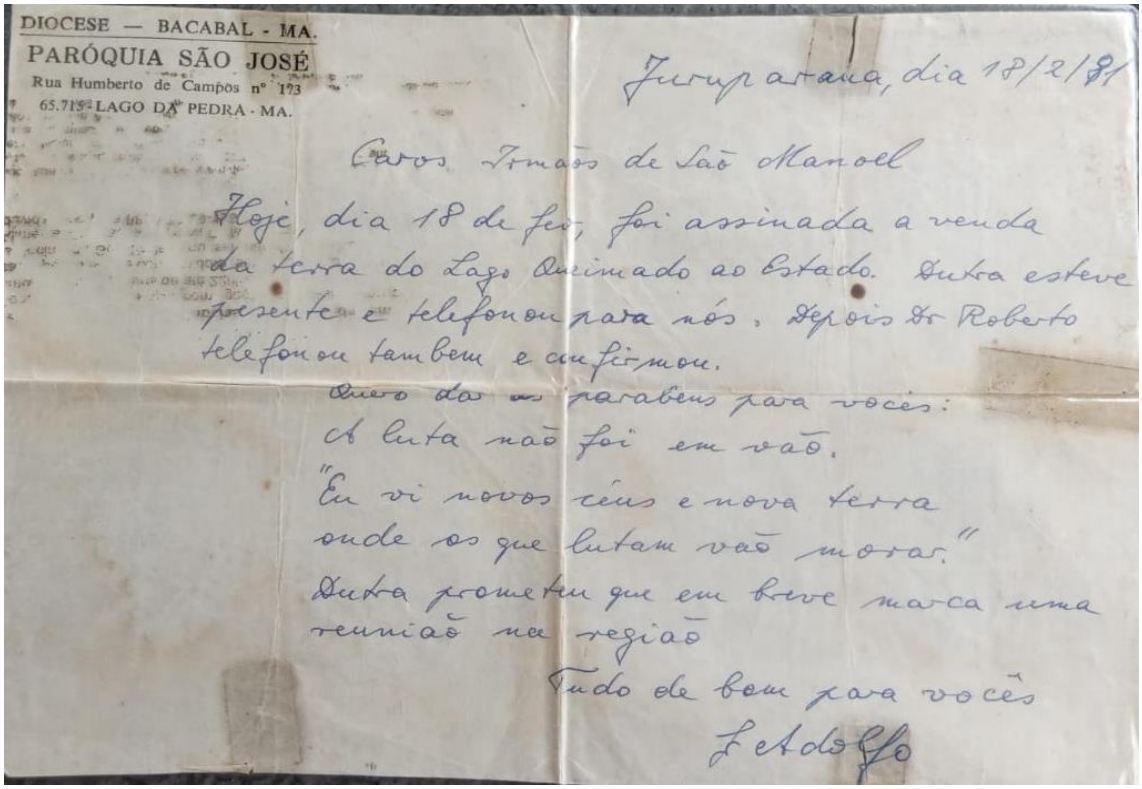
José Soares: Era o Vidal, o delegado Vidal foi o delegado mais perverso que já teve no município do Lago dos Rodrigues e Lago do Junco. Quando chegou na casa de Dona Margarida, eu pedi para parar o carro e avisei que a gente já tinha saído e viajei, foi direto para Bacabal, de Bacabal nós fomos para São Luís, dormi em Bacabal no outro dia fomos para São Luís falar com o secretário de segurança, aí foi que mexeu. Mas a Iolete antes de acontecer ela disse logo isso daí: menino eu vou saindo porque eu não quero ser testemunha. Então ela sabia, num sabia? Se não queria ser testemunha é porque ela sabia. Aí o que que aconteceu... o Haroldo Leda, ele era prefeito e pegou o presidente da Câmara e foi direto para Jainara, nessa época só funcionava mais aqui era rádio da Jainara de Bacabal, aí disse que no município dele nunca tinha acontecido isso, que tudo isso só era mentira, essas prisão, esses massacre com os trabalhador. Tu já pensou, meu fi? dá pra gente esquecer isso? Como era o

> prefeito, ficou sendo mentira mesmo. Mas o resultado é que tinha sindicato, a FETAEMA, a igreja, a sociedade dos direitos humanos, acompanharam nós e fomos para São Luís. E de lá foi marcado uma audiência pra câmara. Que que acontece, fomos lá, viemos, dormimos em Bacabal, era para a gente esperar em Igarapé Grande, na época vinha Conceição Andrade que era advogada, Doutora Elizabeth era advogada do sindicato, o presidente do Sindicato do Médio Mearim. Quando chegamos no Igarapé Grande para esperar o secretário de segurança que vinha, tava o povo da igreja e sabe quem mais tava lá? O Haroldo Leda, Valdir filho que era prefeito de Lago da Pedra, o irmão de Maura Jorge, o prefeito de Poção de Pedras e o prefeito de Igarapé Grande e puxaram também o presidente da UDR que era o doutor Rubens. Esse povo todinho esperando o secretário de segurança que vinha e de lá puxaram a audiência para acontecer lá em Lago do Junco no colégio José Malaquias e lá só deu mentira, que nunca tinha acontecido isso. Lá a Conceição Andrade mostrava aquele Raimundo Amâncio todo vermelho de taca que bateram nele com tábua aqui nos peito oh, todo vermelho ele. Aí Dr. Rubens disse que aquilo dali foi potó. Meu fi, aqui teve coisa perigosa. [...] mas isso por que a igreja fez frente e o advogado Dutra que vinha de Imperatriz e veio logo pra cá direto [...] aí foi os primeiros passos que lhe deu em defesa nossa, daí para frente acompanhou a luta e foi trinta e tantos processos [...]. Quem foi preso foi eu, o Amâncio, cumpade Raimundo Anjo, o Arnaldo, foi nós quatro. Milton e Irineu não foram, era um parlamentar, só sofreram ameaça mas não foram preso, diziam que nós tinha sido preso porque tinha matado gente (José Soares Sobrinho, Antonino, comunidade São Manoel).

Os trabalhadores que estavam na luta reivindicando o direito à Terra enfrentaram anos de processos na justiça para conseguir a própria liberdade. Durante a interrogação foram violentamente torturados na delegacia com golpes com madeira e coronhadas de fuzil, foram amarrados, pisoteados e obrigados a comerem fezes humanas. Para que confessassem seus envolvimentos com a morte de um Pistoleiro da Fazenda Nova Olinda, no povoado centro do Aguiar município de Lago do Junco.

Nesse conflito, envolvendo as fazendas Nova Olinda e Cristo Reis, de propriedade de Adelino Pereira Lima/Adelino Barbosa e Rubens Jorge de Melo, respectivamente, teve mortes dos lavradores Manoel Monteiro em 1985 e Antonio Fontenele em 17 de maio de 1986, e do Pistoleiro José Almeida Pessoa, em 22 de julho de 1989.

Os conflitos agrários em São Manoel só cessaram quando houve o processo de negociação de compra das terras pelo Estado por meio do ITERMA - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão. Esta notícia foi recebida por uma carta, a Carta da Terra (como ficou conhecida). Frei Adolfo escreve os irmãos de fé da comunidade São Manoel informando sobre a notícia de venda da terra ao Estado e parabeniza os lutadores dizendo que a luta não foi em vão.



DIOCESE — BACABAL - MA.
PARÓQUIA SÃO JOSÉ
Rua Humberto de Campos nº 173
65.715 LAGO DA PEDRA - MA.

Jurupatana, dia 18/2/81

Caros Irmãos de São Manoel

Hoje, dia 18 de fev, foi assinada a venda da terra do Lago Queimado ao Estado. Dutra esteve presente e telefonou para nós. Depois Dr Roberto telefonou também e confirmou.

Quero dar os parabens para vocês:
A luta não foi em vão.
"Eu vi novos céus e nova terra
onde os que lutam vão morar."
Dutra prometeu que em breve marca uma reunião na região

Tudo de bom para vocês

Ezdolfo

IMAGEM 15: A Carta da Terra – Por Fr. Adolfo Temme

A seguir, apresentamos uma síntese dos Projetos de Reforma Agrária do município de Lago do Junco e áreas de conflitos desse território. Este levantamento de dados é resultado de pesquisas realizadas junto as lideranças de São Manoel e movimentos sociais, e buscas no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Identificamos 15 comunidades que tiveram um cenário de conflito agrário no município por mais de duas décadas, entre os anos de 1982 e 2005. Além das listada a baixo, identificamos também, outras três comunidades: Cajazeiras, Macaúba e Riachão. Porém não encontramos com os interlocutores da pesquisa nem no MAPA as informações que pudéssemos incluí-las em sequência com as demais comunidades.

QUADRO 03– ÁREAS DE CONFLITOS AGRÁRIOS NO MUNICÍPIO DE LAGO DO JUNCO

Local de conflito	Início do conflito	Fim do conflito e negociação	Nº de mortes	Nº de processados	Nº de presos	Nº de sequestros[26]	Área conquistada (ha)	Órgão responsável
São José da Conquista e Zé Machado	1982	1983	-	-	-	-	*Dados não encontrados na pesquisa*	Negociação com a Igreja Católica
Pau Santo	1985	1991	01 trabalhador	-	-	-	964,7599	INCRA
Vila São João e Vila São Francisco – Bonanza	1985	1991	-	-	-	-	690,7756	INCRA
Centrinho do Acrisio	1985	1987	-	-	-	-	*Dados não encontrados na pesquisa*	Negociação com o Estado - sem portaria
São Manoel	1985	1991	01 trabalhador	07 trabalhadores	04 trabalhadores	01 trabalhador	443,0000	INTERMA

26 "ao todo, eu não tenho esses nomes, mas nós tivemos indiciados na justiça naquela época chegamos a 31, tinha muita gente indiciado entre jure popular, entre prisões, audiências" (Raimundo Ermino Neto, São Manoel).

				durante 08 anos				
São Sebastião	1987	1989	-	-	-	-	*Dados não encontrados na pesquisa*	Negociação com o STTR
Ludovico	1987	1988	03 pistoleiros	-	-	-	319,0000	INTERMA
Santa Zita	1987	1988	01 pistoleiro[27]	-	-	-	150,0000	INTERMA
Centro do Aguiar	1989	1993	01 pistoleiro	13 trabalhadores de 1989 a 2003	04 trabalhadores[28] 01desses ficou preso 10 meses	-	753,4551	INTERMA
Andrex – Altamira	1991	1996	-	-	-	-	475,1071	INTERMA
Sitio Novo – Lagolandia	1994	1996	-	-	-	-	90,0000	INTERMA
Santa Rita	1995	1999	-	-	-	-	459,0000	INCRA

27 "nos perdemos dois companheiros e eles perderam pistoleiros, lá na Santa Zita, o daqui do Aguiar. Eles mesmo se mataram, lá um matou o outro, a gente não sabe nem descrever isso, essas mortes a gente bota na conta do fazendeiro" (Raimundo Ermino Neto, São Manoel).

28 Esses foram torturados na prisão e obrigados a comer fezes humanas. A segunda prisão de Zeca Leopoldo aconteceu já quando o mesmo exercia seu segundo mandato de vereador eleito, os motivos foram políticos e para caçarem o mandado de Zeca usaram o processo da época do conflito, o prefeito de Lago do Junco nesse período era o mesmo do período do conflito. Há um vídeo, "Zeca de Odália", que narra a vida de Zeca e os conflitos de terra. Ao sair da prisão Zeca foi reconduzido ao seu mandado de vereador e na eleição de 2004 foi eleito o vereador mais bem votado do município (FIGUEIREDO, 2005, pag 63). Hoje Zeca exerce o 8º mandato de vereador no município.

Abelha	1995	2005	-	-	-	-	1.870,2530	INCRA
Centro do Aguiar (2º conflito - novas famílias)	2000	2003	01 policial[29] 01 empregado[30] do fazendeiro	04 trabalhadores	01 trabalhador ficou preso 09 meses	-	*Dados não encontrados na pesquisa*	INTERMA

Fonte: Pesquisa de dados realizados junto as lideranças de São Manoel, inspirado em FIGUEIREDO, 2005.

29 Não se sabe ao certo se era policial, o mesmo estava fardado com roupa de polícia militar do Estado do Piauí, mas não houve pronunciamento por parte de nenhum órgão de segurança nem do Maranhão e nem do Piauí. Segundo informantes, o morto era policial do Estado do Piauí a mando do fazendeiro, pois esse segundo seria político influente no Estado do Piauí (FIGUEIREDO, 2005, pag 63).

30 Apelidado por "Fala Fina", era trabalhador rural e que durante os primeiros conflitos na região fazia parte das famílias que lutavam pela posse das terras, inclusive uma liderança que conhecia bem as estratégias de luta. [...] em Centro do Aguiar, o mesmo, estaria trabalhando roçando *juquira* para o fazendeiro, mas como fachada, pois o que relatam é que ele estaria orientando os pistoleiros e policiais colocados na área pelo fazendeiro. Os depoimentos ainda, dizem que o morto teria se vendido politicamente para o ex-prefeito e fazendeiro Haroldo Leda, que durante os conflitos perseguiu e prendeu lideranças (FIGUEIREDO, 2005, pag 63).

CANTO DA LUTA DE SÃO MANOEL

Senhor nós queremos a terra/ na terra queremos ficar permanentes/ pois já fomos demais oprimidos/ queremos a terra que é a vida da gente.

1. Há muito tempo sofremos demais/ vexames insulto, desprezo e humilhação/ queremos gozar desta terra os frutos/ e erguer a bandeira da libertação.

2. É duro Senhor esperar muito tempo/ quando a esperança do povo parece morrer/ no desanimo dos dias de perseguição/ que faremos Senhor pra não esmorecer.

3. Só acredita o que nós sentimos aqui/ quem convivi conosco no vale de lagrimas, pois lutamos unidos por dias melhores/ pra alcançar a terra sonhada.

4. Não desistimos da luta tão fácil/ não nos curvamos diante da repressão/ pois nós somos herdeiros da terra de Deus/ ninguém para a luta por terra e pão.

5. Foram tantos dias de medo e temor/ desespero, agonia e desolação/ noites frias de até pesadelos/ lá nos matos escuro dormindo no chão.

6. Senhor carregamos contigo a cruz/ no Calvário da vida de um povo explorado/ pela ganância do opressor prepotente que esmagou pequeno com muita maldade.

7. Embora cansado de tanto esperar/ prosseguimos juntos de cabeça erguida/ na luta pela posse da terra que é Nossa/ ninguém vai desanimar nessa luta sofrida.

8. Nós lutamos pela terra e o coco/ com a força de Deus no espírito de amor/ como irmãos reunidos em torno de Cristo/ somos fortes e seguros na hora da dor.

9. Nesta terra está na nossa vida/ os recursos e os meios de sobrevivência/ se deixarmos a terra com medo da morte/ nossa força e a luta vai a decadência.

10. Nos expulsaram da terra que é Nossa/ mas voltamos de novo para recomeçar/ Construir tudo aquilo que os maus destruíram, nossa história e a vida aqui neste lugar.

11. Já perdemos até um companheiro/ que hoje é Mártires da história de São Manoel, sua morte é um símbolo da luta do Povo/ se eu não importante é Antônia Fontenele.

São Manoel 20 de dezembro de 1988
Letra de Frei Alfredo Cunha

LIÇÕES APRENDIDAS E DESAFIOS - SÃO MANOEL EM TRÊS TEMPOS

Este trabalho trata de um período da história do Maranhão que ainda é pouco debruçado pela academia tradicional, mas que recupera fatos históricos importantes para compreender o contexto do estado do Maranhão, sobretudo de uma região que existe uma reação coletiva de trabalhadores. Registra um processo uma experiência ontológica espacial em que podemos pensar em como os sujeitos puderam se organizar nessa dimensão da disputa e do conflito para uma defesa de uma existência muito própria, individual e comunitária que também pode se configurar como uma disputa ontológica, continuar existindo como camponeses, como quebradeiras de coco babaçu. A disputa é por formas de existir.

Este trabalho se constrói a partir de um conhecimento socialmente referendado, com modos de vidas de sujeitos e suas histórias de luta e memorias. Estas lutas e memorias podem ser tomadas como um movimento político, que educam e fortalecem a relação com o território e a constituição de identidade sem se deslocar das questões locais e nem dos problemas agrários brasileiros.

A pesquisa registrou fatos destacados da memória das famílias de São Manoel, descrevendo elementos do processo de territorialização e ações coletivas que marcaram a organização política comunitária. Todos os registros desse caderno são tiras de uma história maior que decorre de um grupo que se constitui em um plural de experiências vivas cunhadas no território.

Registramos alguns aspectos da dinâmica populacional do médio Mearim maranhense caracterizando, a racionalidade espacial ocupada, seu povoamento histórico, a partir das correntes de deslocamento, em sua maioria interestaduais, de grupos familiares que estabeleceram diversos configurações de organizações e se consideram sujeitos de regiões de terras tradicionalmente ocupadas. Aqui, através das vivencias e práticas culturais, descrevo experiências de territorialização marcadas pela recriação de formas de trabalho, baseada nas relações familiares, pela formação da sociobiodiversidade e relação com a natureza, pelo uso tradicional de terras livres.

A atenção particular dada à compreensão das abordagens sobre os primeiros anos de São Manoel, este estudo, não se concretiza como uma avaliação ou uma comparação que trate das implicações das condições sociopolíticas, econômicas ou culturais e práticas

do passado com o agora. Mas tomo como um desafio identificar e descrever as simbologias, registrar e argumentar as vivencias dessas famílias, suas lutas, experiências que vão sendo acionadas gradativamente nas práticas sociais coletivas.

Este estudo fortalece a formação de uma consciência dos fatos do passado, em que a própria memória do grupo é a base para a construção dos arquivos. Esses registros podem servir de base para a construção de novos discursos sobre o processo de territorialização que marca o modo de vida atual, no presente. E mais ainda, que possa inspirar decisões que afetarão o futuro modo de vida da comunidade de São Manoel.

Toda essa diversidade de dados foi construída a partir de relatos e informações que apontam diversas formas de como foi se construído o que hoje conhecemos como São Manoel e motiva a entender as contribuições e relações das lutas que marcam a comunidade. O registo dos percursos, tendo como ferramenta principal a memória da comunidade, forma saberes inseridos numa consciência política que valoriza a permanência e reprodução de um modo de vida no território.

Observamos que as famílias de São Manoel viviam do trabalho braçal da agricultura em terras consideradas de uso comum de recursos naturais como babaçu. As construções de moradas e roças tinham base comum, coletiva e livre ao acesso para todos os que sentissem necessidade dos recursos, não havia sem necessidade de registo formal da partilha de terrenos por não ter apropriação individual destes meios tidos para a reprodução social.

As famílias não se preocupavam em pagar pelo uso da terra, plantando suas roças onde bem entendessem e no tamanho que quisessem ou pudessem, de acordo com a disponibilidade de mão de obra familiar. Os tamanhos das roças também variavam de acordo com as necessidades de cada família. A produção resultante do trabalho na roça destinava-se a reprodução do próprio grupo familiar.

Nessa época, entre os anos 20 até 50 do século XX, em São Manoel o extrativismo e a pecuária não foram explorados como valor comercial. O babaçu era mais praticado ao uso doméstico. O gado era criado preso, amarrado com cordas em uma estaca fixada no chão próximo a capins não cultivados, geralmente. Era apenas algumas cabeças para o leite e a carne, quando abatida, era vendida para as famílias do povoado.

Todo esse contexto, começa outro processo de transformação social, geográfico e político a partir do aparecimento de outros personagens entre os anos finais da década de

1960 e meados de 1970. Mas até aqui, nos discursos dos interlocutores e demais dados da pesquisa, constatam que quando os primeiros grupos de famílias chegaram no atual lugar, se estendendo até a 4ª década seguinte, não tinha donos de terra e nem donos de babaçu. A terra e o babaçu eram recursos disponíveis integralmente ao uso de todas as famílias que necessitassem. Eram terras de ninguém, mas ocupadas, terra de babaçu livre e caminhos abertos.

As argumentaçoes nesta produção dialogam a educação do campo e nos estimulam a pensar como estas memórias educam, como são políticas, coletivas e que ao mesmo tempo patrimonio individual/comunitario e fortalecem a relação com o território, o registro dos processos de luta e a consolidação da identidade, sem deslocar-se da história e dos problemas agrários do campo brasileiro.

O recorte histórico deste trabalho foi baseado nas falas dos interlocutores que destacaram o processo de ocupação tradicional das terras de São Manoel, atualmente inseridas no município de Lago do Junco/MA. Esta ocupação esteve relacionada diretamente com o processo de deslocamentos populacionais de piauienses e cearenses, e mesmo de maranhenses, em busca de terras livres. Esse encontro provocou novos modos de organização social, produzindo condições para o estabelecimento de um modo de vida que produziu uma territorialidade específica, decorrente de um processo de territorialização vivenciado.

O caso de São Manoel rompe com a ideia de um espaço social estável. Também marca a ressignificação de marcos históricos a partir de um olhar do presente. O trabalho de pesquisa aqui produzido foi aquém das informações que obtive ao longo das conversas com meus interlocutores. Estes abordaram temas como trabalho relacionado a produção agropecuária e extrativista, a formação de economia familiar, os meios de transportes e comunicação, a religiosidade, as festividades, as formas de coletividade, a construção de conhecimentos, os saberes de cura, de parto.

A organização dos dados que fiz para formar este caderno priorizou agrupar as informações em torno de temas que foram aparecendo na relação de pesquisa, identificando os desafios entre a chegada nas terras livres e a passagem para as terras que foram aprisionadas, marcando os processos de luta contra a dominação do latifúndio.

Os deslocamentos populacionais conformaram um processo de transformações no quadro agrário do médio Mearim, sendo São Manoel um bom exemplo. Um discurso se afirma que historicamente era um espaço vazio, no que se refere a dinâmica social e de

apropriação de terras. Nada se fala de ocupações de povos indígenas. E este pode ser uma das lacunas deste trabalho. As entradas de deslocamentos populacionais, que possibilitaram o encontro de piauienses, cearenses e maranhenses, também partem de um processo de colonização, que mesmo com contradições aos processos de dominação, se inserem numa lógica se ampliação da fronteira agrícola. Mas é neste processo que se deu a constituição de vários povoamentos e a formação de novas comunidades.

Os conflitos no processo de territorialização levam a formação de unidades de mobilização que vão adquirindo consciência política e engendrando novas organizações, formando comunidades, que começam a realizar um processo de leitura e interpretação da realidade. Esse processo permite que as unidades de mobilização, que os grupos, as comunidades, afirmem o direito no acesso aos recursos naturais, acesso ao babaçual, o direito de permanecia na terra.

Neste caderno, observamos três momentos históricos na trajetória de São Manoel:

I - a Terra Livre,

Para descrever este momento busquei dar ênfase que o processo de territorialização foi marcado pela produção de práticas culturais constituídas por grupos distintos que se encontraram em processos de deslocamentos, proporcionando distintas experiências de construção de modos de viver e se relacionar com o meio. Esse processo se constitui ocupando terras consideradas livres, isto é sem, apropriação particular. As ocupações dos povos indígenas não foram consideradas neste trabalho, pois não foram citadas pelos interlocutores da pesquisa. O processo de ocupação tem como base a exploração familiar visando sua reprodução social.

As narrativas dos interlocutores reforçam que grupos de famílias encontraram essas terras sem qualquer tipo de apropriação, e ao realizarem o trabalho de uso das terras, as famílias passaram a considerar ter o direito a acessá-la e a usufruir de suas potencialidades. Foi se estabelecendo um sistema de uso comum que consiste na utilização de uma porção das terras sem que haja partilha formal e apropriação individual.

Foram construindo suas moradas, formando uma economia baseada no trabalho familiar e comunitário. Passaram a professar a fé e se constituíam em coletivos. Segundo os interlocutores desta pesquisa, entre os anos 20 até 50 do século XX, em São Manoel, o extrativismo e a pecuária foram praticados visando unicamente a reprodução social dos grupos familiares e não a acumulação capitalista. O babaçu era muito valorizado para o uso doméstico. A terra e o babaçu eram disponíveis ao uso de todas as famílias.

II - a Terra Aprisionada,

No final da década de 1960 houve uma política denominada de modernização, que consistia no incentivo à pecuária extensiva e impulso à privatização das terras do estado do Maranhão. O médio Mearim também estava inserido nesta conjuntura de reestruturação formal mercantil de terras. Muitas cidades e povoados, embora já estivessem se estabelecido nessas terras com produção de práticas culturais, ao longo dos anos, o espaço se coloca como lugar conflituoso, assentando a disputa pelo babaçu e pela terra como elemento de sobrevivência.

Nesses espaços foram se constituindo movimentos de resistência. As famílias de agricultores familiares que viviam nessas localidades eram expulsas por grileiros que praticavam a derrubada da floresta de babaçu e o plantio de capim para sustentar a pecuária, sobretudo a criação extensiva de bovinos.

Os recursos naturais, com destaque para o babaçu e a terra, viraram elementos de disputa. De um lado, as comunidades tradicionais extrativistas que sobreviviam da agricultura familiar, do outro o fazendeiro, que explorava a mão de obra desses trabalhadores, privatizava os meios de sobrevivência no campo e que tentava substituir as palmeiras de babaçu por capim.

As mulheres foram as primeiras a se articularem coletivamente para garantir o livre acesso e a preservação dos babaçuais. Passaram a coletar e extrair os frutos do babaçu em regime de mutirão, também enfrentavam os derrubadores de palmeiras por meio da ocupação. Notemos, não há luta por babaçu e por terra sem mulheres.

Frente as condições impostas pelos processos de cercamento das terras e do babaçu, impedindo acesso dos trabalhadores a esses recursos naturais essenciais aos modos de trabalho, de produção de alimentos, práticas culturais, história e reprodução social, a comunidade começa a reagir coletivamente. Muitas vezes, em regime de mutirão, se mobilizavam para fazer frente de resistência aos modos de dominação do latifúndio, seja por meio da quebra do coco preso, ou juntando coco do babaçual que estava cercado, ou ainda rompendo as cercas das terras que hora se tornou latifúndio. Esta luta articula terra, babaçu com as formas mais justas de existir, entendendo que não haverá corpos livres enquanto houver terra e babaçu aprisionado.

III – pós conflito, terra reconhecida tradicionalmente ocupada por comunidades

Para este momento, percebemos que esta terra já não é mais a terra livre de antes, mas também não é mais aprisionada. É uma terra de babaçu livre que dá origem a várias articulações coletivas, a começar pelas mulheres quebradeiras de coco babaçu.

São Manoel sofreu com a fome, com a submissão ao sistema de comércio da produção, com altos níveis de mortalidade infantil, negando direitos constitucionais, direitos a vida. Quando sucumbiram os limites da terra e babaçu aprisionado, foi o princípio de novas mudanças no território. Festejaram com a alegria, pois haviam atravessado fortes embates e com a conquista do acesso ao babaçu e a terra coroaram a vida de uma nova geração e com ela reabrem um novo ciclo e outras lutas.

Na nova terra, São Manoel se articula com as comunidades que resistiram a terra privada e se torna pedra angular dos movimentos sociais do campo que atuam nesse território. Se articularam em torno das lutas pelo babaçu livre e pela conquista do reconhecimento social da terra tradicionalmente ocupada.

A Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), a Associação em Área de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), ambas legalizadas em maio de 1989, foram os primeiros grupos institucionalizados na luta. Trabalham na missão de contribuir para a proteção do meio ambiente fortalecendo a busca pela garantia dos direitos das mulheres através da geração de renda, acesso a política públicas e valorização da identidade. Ampliaram o acesso a direitos para a melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas tendo como base a agroecologia.

A Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativista de Lago do Junco (COPPALJ), fundada em abril de 1991, também como resultado em torno da luta pela terra e babaçu livre. A princípio recebeu o nome de *Barraca Comunitária.* Os cooperados acreditavam que seria apenas um espaço para compra e venda de mercadorias básicas em alternativa ao comércio e ao atravessador da época. A barraca de São Manoel, a exemplo, começou com venda de apenas sete itens de gênero de primeira necessidade, entre eles café, açúcar, sal e querosene.

Hoje na COPPALJ são mais de 2 mil produtos na comercialização em oito cantinas onde o babaçu é moeda na negociação. Esta instituição trabalha para a diversificação da produção das famílias agroextrativistas, para a melhoria da qualidade de vida, comercialização com base nos princípios do comércio justo e solidário. Assume

um papel estratégico na geração da renda familiar. A cooperativa conta com mais de 200 cooperados/as nos municípios de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, que têm o babaçu como fonte de emprego e renda. A agroindústria, diretamente gera ocupação para mais de 900 famílias de quebradeiras de coco babaçu e indiretamente gera trabalho para 2.400 famílias envolvidas em 45 comunidades.

A cooperativa produz óleo de babaçu a partir da amêndoa fornecida pelas quebradeiras de coco babaçu da região de atuação. É destinado a indústria cosmética e óleo de babaçu refinado, destinado à alimentação, ambos produtos considerados orgânicos, com certificação. A COPPALJ é a única da federação responsável pela produção de óleo orgânico de babaçu certificado pelo IBD (Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural), a certificadora brasileira de produtos orgânicos com acreditação internacional.

Os novos pleitos da luta no "*pós terra aprisionada*" não se concentraram na organização da produção e comercialização. A fundação de movimentos independentes se relacionam em seus objetivos de defesa do território e a educação se materializou em pauta nos debates. Fundaram a Associação da Escola Família Agrícola de Lago do Junco (AEFALJ) em 1995 e a Associação do Centro Familiar de Formação Por Alternância de Ensino Médio Profissionalizante (ACEMEP) em 2005.

Ambas as escolas tiveram o início de suas aulas no ano seguinte a fundação da associação mantenedora e fazem uso da metodologia da Pedagogia da Alternância com seus respectivos instrumentos adaptados e aplicados à realidade, contribuindo com o desenvolvimento local sustentável, através da formação contextualizada na perspectiva a vida com dignidade no campo, tendo como referência o futuro dos jovens e adolescentes filhos/as de agricultores/as familiares e quebradeiras de coco babaçu.

A nova geração que vai se formando depois dos conflitos agrários vai se constituindo em movimento próprio, com espaços de debates, pautas e demandas específicas. As juventudes se articulam em 1998 e se institucionaliza juridicamente em agosto de 2002 como Associação de Jovens Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AJR). As mobilizações dos grupos de jovens das comunidades, dos dois municípios de atuação, se articulam ao contribuir no processo de formação educacional e política, resgate e valorização da identidade camponesa, elaborando estratégias conjuntas que garantam e fortaleçam sua relação com a cultura e território.

Cada uma dessas organizações assumem uma atribuição específica nas lutas, muito embora os variados movimentos sejam formados pelos mesmos grupos de agentes

sociais. Se articulam na conquista e na defesa dos direitos territoriais em São Manoel e em toda a área de atuação dos movimentos sociais citados neste caderno. Porém, foram as quebradeiras de coco babaçu quem primeiro se articulou em coletivo, nos chamados *Clubes de Mães* e depois fundaram a associações de mulheres. Este grupo é atuante em todos os espaços de mobilização social do campo.

Desse grupo emerge uma organização que representa interesses sociais e políticos específicos. A luta pelo direito à terra e ao babaçu, é também pelo direito a vida da mulher no campo, povos e comunidades. Dessa articulação destacam-se grandes conquistas na defesa das florestas de babaçu como a fábrica de Sabonetes Babaçu Livre e Lei do Babaçu Livre no município de Lago do Junco e conquistaram avanço para nível estadual que regula o livre acesso as florestas de babaçu e proteção contra derrubada das palmeiras no estado do Maranhão.

Em 1991, as quebradeiras se articularam com organizações não governamentais e realizam o primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em São Luís (MA). Criaram Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. No II Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em 1995, este grupo de mulheres se tornou o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). O MIQCB se articula em quatro estados da federação, Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, com lideranças na luta pelo direito à terra, ao babaçu e pela qualidade de vida das mulheres e das comunidades do campo.

Todas estas lutas saem ao encontro da reprodução social dos sujeitos de modo a considerar que a terra faz parte da reprodução e todos caminhos que foram traçados na criação dos diversos movimentos sociais do campo, na organização da produção e comercialização, na educação, na lei Babaçu Livre, são formas de blindagem do território conquistado e reconhecimento social das terras tradicionalmente ocupadas.

Percebemos que em diferentes tempos de luta com diferentes modos de organização, a comunidade São Manoel em articulação com todo o território da luta pela terra, mostra que o campo é um espaço dinâmico e se renova. Foi transformado em um espaço conflituoso, tanto que exige diferentes formas de organização, se reinventando a cada luta, em cada enfrentamento. Terras que foram ocupadas por famílias de diferentes regiões, mas que passaram a se constituir como uma comunidade. Os diferentes conflitos históricos reforçaram unidades de mobilização que se organizaram no enfrentamento aos antagonistas. Na luta foram se identificando, sintonizando necessidades, sonhos, desejos,

desenhos, utopias. Buscaram terras livres e se engajaram em construção de um modo de vida com qualidade e autonomia.

A luta em São Manoel pelo babaçu e em seguida pela terra, não é unicamente pela necessidade de sobrevivência, elementos indissociáveis. É uma perspectiva de superar a estrutura social de dependência e subalternidade. Não temos como voltar aos formatos de terra livre do início do povoamento. Entendemos que precisamos de reforma agraria e que a reforma agrária não é exclusivamente a distribuição de terra, é a construção e aplicação de um conjunto de políticas no campo.

Foi o grito das quebradeiras de coco babaçu que desencadeou na luta pela libertação do coco, no acesso a terra, gerou resistência e uma série de mudanças nesse contexto agrário. A disputa pelo babaçu foi o primeiro conflito que gerou unidade na luta, o marco inicial pelo direito das quebradeiras de coco babaçu, dos/as trabalhadores/ras rurais, povos e comunidades do campo.

Assim também diz o xote das quebradeiras, a música que as próprias quebradeiras cantam a cada encontro, em assembleias, reuniões de direção, audiências públicas, caminhadas, manifestações, em apresentações culturais, feiras da agricultura familiar, em visitas de intercambio, nos afazeres domésticos, na produção de sabonete ou mesmo na própria atividade de coleta e quebra do coco babaçu. Esta música leva a memória da luta em defesa do acesso ao babaçu, da conquista da terra e da organização do coletivo de mulheres quebradeiras de coco babaçu (SILVA, 2020).

Refrão: Ei, não derruba esta palmeira.
Ei, não devore os palmeirais.
Tu já sabes que não podes derrubar,
Precisamos preservar as riquezas naturais.

O coco é para nós grande riqueza,
é obra da natureza, ninguém vai dizer que não.
Porque da palha se faz casa pra morar,
já é um meio de ajudar a maior população.

Se faz o óleo pra temperar comida,
é um dos meios de vida pros fracos de condição.
Reconhecemos o valor que o coco tem,
a casca serve também para afazer o carvão.

Com óleo de coco, as mulheres caprichosas
fazem comida gostosa de uma boa estimação.
Merece tanto seu valor classificado que,
com óleo apurado, se faz o melhor sabão.

Palha de coco serve pra fazer chapéu,
da madeira faz papel, ainda aduba o nosso chão.
Talo de coco também é aproveitado,
faz quibane, faz cercado pra poder plantar feijão.

A massa serve pra alimentar o povo.
Tá pouco o valor do coco, precisa dar atenção.
Para os pobres, esse coco é meio de vida.
Pisa o coco margarida! E bote o leite no capão.

Mulher parada, deixa de ser tão medrosa!
Seja um pouco corajosa, segura na minha mão.
Lutemos juntas com coragem e com amor,
pra o governo dar valor a esta nossa profissão.

Música: Xote das quebradeiras de coco babaçu
Letra: João Filho ou João Abelha de Praia Norte do Tocantins
Intérpretes: As Encantadeiras

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas.** Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico. Vol. II. Manaus: PPGSCA-UFMA, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís. Questões Agrárias no Maranhão contemporâneo. UEA Edições. Manaus - AM, 2017.

AMARAL, Mayka Danielle Brito. Reforma agrária e reconhecimento: o caminho da autonomia e liberdade das camponesas-quebradeiras de coco babaçu da região do Bico do Papagaio. (Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 15 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAMPOS, Alexandra Resende. **Família e Escola: um olhar sobre as origens dessa relação no contexto educacional brasileiro**. Vertentes - UFSJ, v.19, n.02, p. 61-71, 2011.

CARDART, Roseli Salete. Elementos para construção de um Projeto Político Pedagógico e pedagógico da Educação do Campo. Coleção Por Uma Educação do Campo, no 05, Brasília, 2014.

CÁSSIA, Rodrigues, Fabiana de. **Educação e luta pela terra no brasil: a formação política no movimento dos trabalhadores rurais sem terra**. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 138, p.27-44, jan.-mar., 2017.

COSTA, Antonio Maurício Dias da; MACEDO, Cátia Oliveira. **"Festa de antigamente é que era festa": memória, espaço e cultura numa comunidade camponesa do nordeste paraense**. Revista Estudos Amazônicos; vol. V, nº 2, pg. 105-124, 2010.

DELGADO, L.A.N. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades.** Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/342212599/DELGADO-Lucilia-Historia-oral-e-narrativa-pdf> Acesso em 09 de setembro de 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária, pesquisa e MST. Coleção Questões da Nossa Época; v. 92. São Paulo, Cortez, 2001.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. **Do Alto Mearim ao Médio Mearim (MA): de espaço de conquista a lócus de fixação de migrantes nordestinos.** Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Natal-RN, 2013.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Políticas da Memória e Políticas do Esquecimento. Aurora. n. 10, p. 102-118, 2011.

FIGUEIREDO, Luciene Dias. **EMPATES NOS BABAÇUAIS: Do espaço doméstico ao espaço público - lutas de *quebradeiras de coco babaçu* no Maranhão.** Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Universidade Federal do Pará, Belém – Pará, 2005.

FRAZÃO, Gabriel Almeida; DÁLIA, Jaqueline de Moraes Therler. **Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento do Meio: Possibilidades e Desafios Para a Educação do Campo Fluminense.** IPEA, p.01-16, 2011.

FREIRE, P. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros- Maranhão e Piauí**, volume XV, Rio de Janeiro, 1959.

JAHNEL, Teresa Cabral. As Leis de Terras no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia nº 65. São Paulo: AGB, 1987**.

LDB – Leis de Diretrizes e Bases. Lei no 9.394. 1996.

LIMA NETO, Evaristo José de. **O ASSOCIATIVISMO EM ÁREAS DE BABAÇUAIS: A Experiência das Organizações de Trabalhadores Rurais do Município de Lago do Junco – MA Associadas à ASSEMA**. Dissertação submetida ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade- CPDA, UFRRJ, 2007.

LINHARES, Anny da Silva. **Quebradeiras de Coco Babaçu no Médio Mearim, Estado do Maranhão: (re)construindo identidades e protagonizando suas histórias em defesa de patrimônios coletivos**. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém- PA 2016.

LOHER, Eurico. **Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952 a 2007**. 1ª edição. Teresina: Halley, 2009.

MACHADO, Hairam. **As Amêndoas Têm Que Estar Inteiras!: tradição, tecnologia, educação e relações de gênero na cadeia produtiva do coco babaçu.** Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH/ UFBA), Salvador, 2020.

MARANHÃO. Lei n. 2.979 de 17 de julho de 1969. Dispõe sobre as terras de domínio público e dá outras providências. In: GONÇALVES, M. de F. da C. A reinvenção do Maranhão dinástico. São Luís: UFMA, PROIN, 2000.

MARTINS, Fernando José. Organização do Trabalho Pedagógico e Educação do Campo. Revista do Centro de Educação, vol. 33, no1, Santa Maria, RS, 2008.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA. Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf> Acesso em 04 de novembro de 2022.

MOLINA, Mônica Castagna. A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O ENFRENTAMENTO DAS TENDÊNCIAS DAS ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul./dez. 2015.

MOREIRA, Gilvander Luís. **A luta pela terra em contexto de injustiça agrária: pedagogia de emancipação humana? Experiências de luta da CPT e do MST. (**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG, 2017.

POUTIGNAT, Phelippe. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras**. 2ª edição. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

RASNHESKI, Fernando. **Luta pela terra e a configuração da educação escolar: leitura de concepções a partir do Assentamento Raimundo Vieira, em Nova Guarita – Mato Grosso.**' (Mestrado em Educação) Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres – MT, 2015.

ROCHA, Rosimary Gomes; MOTA, Francisco Lima. **A inserção da economia maranhense no cenário nacional – o des(re)ordenamento territorial no sul do Maranhão.** Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária/Universidade Federal de Uberlândia-UFU. MG, 2012

SILVA, ANDRADE, TORRES & AMORIM. **As brincadeiras das crianças de ontem e de hoje no contexto sociocultural.** Holos, Ano 33, Vol. 03. Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA. Mossoró-RN, 2017.

SILVA, Edson Sousa da. **A dinâmica do movimento pela educação e a luta pela terra no Médio Mearim**. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) Universidade Estadual do Maranhão, São Luís – MA, 2015.

SILVA, Jessé Lima. **Babaçu Livre, Terra e Movimento:** A Luta das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu e a Produção de Sabonetes. Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado ao curso de Licenciatura em Educação do Campo. Universidade Estadual do Maranhão, Bacabal – MA, 2020.

SUGUIMOTO, Djmes Yoshikazu de Lima. **Babaçu Livre: O Pensamento Decolonial Frente à Proposta da Sustentabilidade.** Mestrado em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2017.

TAFURI, Diogo Marques. **Deus e o diabo na terra da cerca: a educação como expressão da luta pela terra no assentamento santa helena.** (Doutorado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - São Paulo, 2019.

TAMBA, Frank Toshimi**. Estratégias de Reprodução Social em Assentamentos de Reforma Agrária na Região do Bico do Papagaio-TO. (**Tese apresentada ao Programa

de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas) Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, 2015.